



ACADEMIA MILITAR

O Batalhão de Infantaria do Battlegroup da União Europeia

**Aspirante Oficial Aluno de Infantaria João Miguel Teixeira
Magalhães**

Orientador:

Coronel de Infantaria João Pedro Rato Boga de Oliveira Ribeiro

Co-Orientador:

Professora Doutora Ana Isabel Marques Xavier

Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada

Lisboa, 31 Julho de 2012



ACADEMIA MILITAR

O Batalhão de Infantaria do Battlegroup da União Europeia

**Aspirante Oficial Aluno de Infantaria João Miguel Teixeira
Magalhães**

Orientador:

Coronel de Infantaria João Pedro Rato Boga de Oliveira Ribeiro

Co-Orientador:

Professora Doutora Ana Isabel Marques Xavier

Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada

Lisboa, 31 julho de 2012

Dedicatória

A todos os que acreditaram em mim
e que ajudaram a tornar este sonho
uma realidade.

Agradecimentos

Este trabalho não é apenas resultado de um empenho individual, mas sim de um conjunto de esforços de todos os que me rodeiam e que ajudaram a torná-lo possível. Sem o apoio que me prestaram, teria sido indiscutivelmente muito mais difícil chegar ao fim desta etapa, a qual representa um importante marco na minha vida pessoal e profissional. Por isso venho manifestar a minha sincera gratidão a todos os que estiveram presentes nos momentos de aperto, de anseio, de incerteza, de exaustão e de contentamento.

Os meus primeiros agradecimentos vão para o Orientador, Coronel de Infantaria João Pedro Rato Boga de Oliveira Ribeiro e para a Co-Orientadora, Professora Doutora Ana Isabel Marques Xavier, pela forma como me orientaram, pelo entusiasmo e pela motivação que sempre me transmitiram. Agradeço, ainda, a confiança, o apoio e a disponibilidade permanentemente que manifestaram, não obstante terem horários tão preenchidos.

Um profundo agradecimento também ao Major-General Pil Av Augusto de Jesus Melo Correia, graças a quem, no início da minha investigação, consegui abrir os meus horizontes e definir as linhas orientadoras para a realização do trabalho.

Ao Regimento de Infantaria nº13, na pessoa do Exmº. Comandante, Coronel de Infantaria João Magalhães, agradeço a forma como me receberam naquela unidade.

Ao Tenente Coronel José Santos Sá, agradeço o tempo disponibilizado para me ajudar na realização do projeto, bem como o precioso contributo que deu ao responder a entrevista.

Ao Coronel de Artilharia Nuno Fernandes, ao Tenente Coronel de Artilharia João Silveira, ao Major de Infantaria Paulo Almeida e ao Capitão de Infantaria José Andrade, ao Capitão de Infantaria Rui Tavares, agradeço o tempo disponibilizado para a entrevista.

Aos meus pais, que foram os meus primeiros “orientadores” nesta vida, agradeço o carinho e o apoio.

A todos os meus familiares e amigos, agradeço a estima e a força que sempre me transmitiram.

À minha noiva Lara, agradeço todo o apoio que me deu neste ano tão difícil.

A todos aqueles que não foram citados, mas que, de alguma forma, contribuíram para a concretização deste trabalho, manifesto também a minha gratidão.

Resumo

O presente Trabalho de Investigação Aplicada é subordinado ao tema “O Batalhão de Infantaria do Battlegroup da União Europeia”, visando esclarecer quais as capacidades e as características que um Batalhão necessita para integrar um Battlegroup.

Tem como objetivo a realização de um estudo que possibilite dar a conhecer qual a unidade de Infantaria escalão Batalhão que se encontra nas melhores condições para se formar num Battlegroup.

Para a realização do estudo em questão, efetuou-se uma exaustiva pesquisa bibliográfica, que serviu de base para a elaboração de um questionário com que se pretendia verificar as hipóteses de resposta para a questão central levantada: “Qual o Batalhão de Infantaria mais adequado para constituir o Battlegroup?”. Ressalve-se que o método que foi utilizado na realização deste trabalho foi a análise qualitativa, sob a forma de estudo de caso.

Após a análise dos resultados, concluiu-se que a melhor resposta reside numa unidade de infantaria ligeira, que possua uma grande capacidade de projeção e material e equipamento que confirmem real proteção e mobilidade, podendo conter uma organização que lhe confira maior flexibilidade, através da conjugação de várias tipologias de meios e incluindo outras capacidades para aumentar a sua capacidade de emprego

Palavras – Chave: Battlegroup; União Europeia; Batalhão de Infantaria; EUROFOR

Abstract

This Investigation paper on the theme “The Infantry Battalion of the European Union Battlegroup” aims to clarify the capabilities and features of a maneuver battalion sized unit required to integrate a BG.

The aim is to carry out a study directed to identify which Infantry Battalion is more suitable to integrate a BG.

To conduct this study, I went through an exhaustive bibliographical research, which was the basis for the development of a questionnaire intended to verify the hypotheses related with the main question raised: “Which Infantry Battalion is more appropriate for the Battlegroup?” The method used was a qualitative analysis, under a case study format.

After analyzing the results it is concluded that a light infantry unit with a strong deployment capability, and material and equipment providing protection and mobility its the best answer, organized in order to allow more flexibility of employment, through combinations of several different types of assets, including suportting capabilities to increase its own potential may contain an organization that confers greater flexibility, by combining various types of media and other capabilities including the ability to increase employment.

Key - Words: Battlegroup; European Union; Infantry Battalion; EUROFOR

Índice Geral

Dedicatória	ii
Agradecimentos	iii
Resumo	iv
Abstract	v
Índice Geral.....	vi
Índice de figuras	viii
Índice de quadros/tabelas	ix
Lista de abreviaturas, siglas e acrónimos.....	x
Lista de apêndices e anexos.....	xiii
Capítulo 1 - Introdução ao Trabalho.....	1
Capítulo 2 - Revisão da literatura	6
2.1 O BG da UE	6
2.1.1. Evolução Histórica	6
2.1.2 O conceito do BG	10
2.1.3 Missões e Capacidades de um BG.....	12
2.1.4 Tipologia de Forças de um BG	13
2.2 Tipologia e capacidades dos BI do Sistema de Forças Nacional	17
2.3.1. O BI da BrigInt.....	17
2.3.2 O BI da BrigMec	18
2.3.3 O BIPara	19
2.3.4 O BCmds	20

2.3	Futuro dos BG	21
Capítulo 3 - Metodologia e Procedimentos		24
Capítulo 4 - Apresentação, análise e discussão de Resultados		32
4.1	Apresentação dos resultados da Análise Documental	32
4.2	Apresentação dos resultados das entrevistas	35
4.2.1	O Coordenador do projeto nacional BG;	35
4.2.2	Of EM ERF (Cor Art Fernandes);	36
4.2.3	Cmdt do BI/BG ERF	37
4.2.4	Of Op do BI/BG ERF	38
4.2.5	Cmdt da 1CAT/ BI/BG ERF	40
4.2.6	Cmdt da 3CAT/ BI/BG ERF	41
4.2.7	Of EM NRDC-SP (TC Art Silveira)	42
4.3	Análise geral conclusiva dos resultados.....	44
Capítulo 5 - Conclusões.....		48
Bibliografia.....		53
Apêndice A - Guião da Entrevista Geral.....		56
Apêndice B - Capacidades dos BI		58
Apêndice C - Quadro Resumo das Entrevistas.....		61
Anexo A - Fases de um BG		71
Anexo B - Estruturas de C2 da UE.....		72
Anexo C - Estrutura tipo de um BG.....		73
Anexo D - Estruturas de Gestão de Crise da UE		74
Anexo E - Classe de Abastecimentos		75

Índice de figuras

Figura 1 - Raio de Ação de BG desde Bruxelas	11
Figura 2 - Organograma do 1ºBI/BG	15
Figura 3 - Organograma do BG 2010-1.....	16
Figura 4 - Organograma de um possível BI pelo Tenente-Coronel Sá	38
Figura 5 - Organograma de um possível BI pelo Major Almeida	39
Figura 6 - Organograma de uma possível CAT de um BI pelo Capitão Andrade.....	40
Figura 7 - Organograma de uma possível CAT de um BI pelo Capitão Tavares.....	41
Figura 8 - Organograma de um BI/BG pelo Tenente-Coronel Silveira	44
Figura 9 - Organograma de um BI.....	50
Figura 10 - Fases de um BG	71
Figura 11 - Estruturas e Níveis de C2 da EU	72
Figura 12 - Estruturas de Gestão de Crises da EU	74

Índice de quadros/tabelas

Quadro 1 - Missões da UE.....	7
Quadro 2 - Síntese das questões do estudo instrumentos utilizados.....	29
Quadro 3 - Calendarização dos vários momentos do estudo e instrumentos usados na recolha de dados.	30
Quadro 4 - Capacidades dos BI.....	32
Quadro 5 - Missão dos BI.....	33
Quadro 6 - Tipologia dos BI.....	34
Quadro 7 - Capacidades dos BI.....	58
Quadro 8 - Resumo das Entrevistas.....	61
Quadro 9 - Composição Generica de um BG.....	73
Quadro 10 - Composição Generica dos Facilitadores	73
Quadro 11 - Classe de Abastecimentos	75

Lista de abreviaturas, siglas e acrónimos

ACar	Anti Carro
ADI	Área designada de Interesse
BCmds	Batalhão Comandos
BG	Battlegroup
BI	Batalhão de Infantaria
BI/BG	Batalhão de Infantaria do Battlegroup
BI/BrigInt	Batalhão de Infantaria da Brigada de Intervenção
BIMecj	Batalhão de Infantaria Mecanizado
BIPara	Batalhão de Infantaria Pára-Quedista
BrigInt	Brigada de Intervenção
BrigMec	Brigada Mecanizada
BRR	Brigada de Reação Rápida
C2	Comando e Controlo
CAT	Companhia de Atiradores
CBRN	Chemical, Biological, Radiological, Nuclear
CCS	Companhia de Comando e Serviços
CECA	Comunidade Europeia do Carvão e do Aço
CEE	Comunidade Económica Europeia
CMC	Conceito de Gestão de Crises (Crisis Management Concept)
Cmdt	Comandante
CMUE	Comité Militar da União Europeia

COPS	Comité Politico e de Segurança
CP	Prevenção de Conflitos
CRO	Operações de Resposta a Crise
DOS	Day of Supply
ERF	EUROFOR
EUA	Estados Unidos da América
EUMS	Estado Maior da União Europeia
EUPM	European Union Police Mission
EURATOM	Comunidade Europeia da Energia Atómica
FHQ	Force Headquarters
FOC	Full Operational Capability
FPU	Formed Police Unit
HA	Assistência a Operações Humanitárias
IOC	Initial Operational Capability
IPU	Integrated Police Unit
ISAF	International Security Assistance Force
ISTAR	Intelligence, Surveillance, Target Acquisition, and Reconnaissance
KFOR	Kosovo Force
MONUC	Missão das Nações Unidas da Republica Democrática do Congo
MONUSCO	Missão das Nações Unidas de Estabilização da Republica Democrática do Congo
NATO	Organização do Tratado do Atlântico Norte
NEO	Operações de Evacuação de Não-Combatentes
NRDC-SP	NATO Rapid Deployble Corps - Spain
NSE	National Suport Element

NTM	Notice to move
OHQ	Operation Headquarters
ONU	Organização das Nações Unidas
OSCE	Organização para a Segurança e Cooperação na Europa
PESC	Política Externa de Segurança Comum
PESD	Política Europeia de Segurança e Defesa
QG	Quartel General
QO	Quadro Orgânico
RCIED	Remote Controlled Improvised Explosive Device
SOPF	Separação das Partes pela Força
SR	Estabilização, Reconstrução e Apoio Militar em países de terceiro mundo
TIA	Trabalho de Investigação Aplicada
TO	Teatro de Operações
UE	União Europeia
UEO	União da Europa Ocidental

Lista de Apêndices e Anexos

Apêndice A	Guião da Entrevista Geral
Apêndice B	Capacidades dos BI
Apêndice C	Quadro Resumo das Entrevistas
Anexo A	Fases de um BG
Anexo B	Estruturas de C2 da UE
Anexo C	Estrutura tipo de um BG
Anexo D	Estruturas de Gestão de Crise da UE
Anexo E	Classe de Abastecimentos

Capítulo 1

Introdução ao Trabalho

Nota Introdutória

O trabalho de investigação aplicada (TIA), que está compreendido no estágio de natureza profissional do Mestrado Integrado em Ciências Militares - ramo Infantaria, tem como objetivo o estudo científico (a pesquisa e a análise de documentos e de dados) com vista a enunciar as capacidades e as características essenciais para um Batalhão de Infantaria integrar um Battlegroup (BG) da União Europeia (UE). Visa ainda elencar o tipo de subunidades que o constituem, procurando verificar se existem ou não diferenças com o primeiro BI/BrigInt que constituiu o BG da EUROFOR 2011-2. Este trabalho de Investigação aplicada encontra-se, por conseguinte, subordinado ao Tema: “O Batalhão de Infantaria do Battlegroup da União Europeia”.

Enquadramento

Desde a sua conceptualização com a Comunidade Económica Europeia (CEE), em 1958, o projeto europeu tem como finalidade estabelecer um mercado comum. Mais tarde, com o Tratado de Maastricht¹, é oficialmente institucionalizada uma nova personalidade jurídica – a UE, em 1992. Nessa altura, a construção europeia apresentava-se numa estrutura tri-pilar² (forma de templo grego), em que no segundo pilar estava inserida a Política Externa e de Segurança Comum (PESC)³. A UE criou e desenvolveu, então, alguns mecanismos

¹ Assinado em 7 fevereiro de 1992, entrando em vigor a 1 de novembro de 1993.

² O primeiro pilar correspondia ao pilar comunitário que, por sua vez, correspondia às três comunidades: a Comunidade Europeia, a Comunidade Europeia da Energia Atómica (EURATOM) e a antiga Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA). Por sua vez, o Terceiro Pilar abrangia a cooperação judicial e policial em matéria penal.

³ No capítulo 2 esta matéria vai ser abordada mais em pormenor.

políticos e económicos, dispositivos civis e militares para conseguir responder a necessidades várias de gestão de crises internacionais.

Nesse sentido, o Conselho de Ministros da União Europeia Ocidental (UEO) realizado no dia 15 de Maio de 1995, declara a criação da EUROFOR pela França, Itália, Espanha e Portugal. Contudo, a EUROFOR só se torna ativa no ano seguinte, numa cerimónia realizada em Florença, a 9 de novembro, em que estiveram presentes os ministros da defesa dos países referidos. Desta forma, a EUROFOR atingiu a sua *Initial Operational Capability* (IOC) em novembro de 1997 e a sua *Full Operational Capability* (FOC) um ano depois (1998), no dia 9 de julho. Contudo, é só em 2000 que esta força efetua a sua primeira missão, na Albânia, integrada na Kosovo Force (KFOR).

Com a Cimeira de Saint-Malo (1998), bem como nos Conselhos Europeus de Helsínquia e de Santa Maria da Feira, em 1999 e 2000 respetivamente, a UE sublinha a importância das Missões de Petersberg⁴, alargando-as e assumindo assim responsabilidades ao nível da segurança internacional. Desta feita, reforça o seu segundo pilar, pois este encontrava-se enfraquecido devido à incapacidade de resposta da UE verificada na crise dos Balcãs (Xavier, 2010).

Assim, em 2004, é criado o conceito de BG da UE devido ao sucesso que a Operação Artémis tivera na resposta ao pedido da Organização das Nações Unidas (ONU) para a intervenção na República Democrática do Congo. Este conceito atingiu a IOC, em Janeiro de 2005 e, finalmente este atingiu a FOC, no dia 1 de Janeiro de 2007.

Justificação do Tema

Considero inquestionável a pertinência deste trabalho, quer pela sua atualidade, quer pela relação direta com o projeto de levantamento deste tipo de capacidades militares em que Portugal e, em particular, o Exército Português assumem uma posição de comando no âmbito do BG da EUROFOR.

O motivo principal que me levou a eleger este tema para estudo foi o seu sentido de oportunidade, pois o BG encontrava-se na fase de certificação internacional e com vários

⁴ No capítulo 2 são abordadas mais ao pormenor.

exercícios a decorrer no momento da escolha da temática para o meu estudo, o que me despertou uma extrema curiosidade para uma abordagem mais profunda.

Efetivamente, o desafio de preparar adequadamente uma unidade de escalão batalhão para uma força de reação rápida da União Europeia é relevante, não apenas pela complexidade da sua efetivação, mas também pela centralidade que aquela organização vem assumindo nas matérias de segurança e defesa. Contudo, é importante perceber se o Batalhão que integrou o BG constituído pela EUROFOR é a unidade deste escalão mais adequada para essa tipologia de Força, e qual dos quatros tipos de unidades de escalão do Batalhão do Exército Português (BIPara, BatCmd, BIMec, e BI/BrigInt) - ou outros - se encontra em melhores condições para integrar um BG.

Objetivo da Investigação

O objetivo geral é demonstrar qual a unidade de Infantaria de escalão Batalhão que se encontra em melhores condições para integrar um BG. Para tal, é também importante explorar a doutrina da União Europeia sobre os BG, logo, enunciar a estrutura orgânica de um BG e a tipologia de unidades de escalão batalhão adequadas a este tipo de capacidades.

Estes objetivos são estabelecidos partindo do pressuposto que o sistema de forças do Exército permite a composição e articulação de unidades para o cumprimento de missões específicas.

Metodologia

O trabalho assenta na verificação das hipóteses anteriormente apresentadas e obedece ao método científico indutivo.

A análise qualitativa teve como fundamento a revisão da literatura, a qual será vertida no estudo de caso. Com a aplicação de entrevistas que estiveram na origem da análise qualitativa, pretende-se verificar se as respostas dadas correspondem às hipóteses avançadas.

A realização de um trabalho sobre esta temática resulta em especial do gosto pelo estudo da organização de uma força e, mais propriamente, do estudo efetuado no ano transato, na unidade curricular de Relações Internacionais, sobre o BG da UE, lecionada no 1.º semestre do 4.º Ano da Academia Militar. O desenvolvimento deste trabalho só veio a tornar-se mais exaustivo ao longo deste último ano, por entretanto se ter tornado prioritário.

O percurso metodológico do presente trabalho de investigação apresenta quatro fases. Na primeira fase, a metodologia que foi aplicada consistiu numa vasta pesquisa bibliográfica, contando com o apoio de pessoas credenciadas que me facultaram o acesso orientado a alguns documentos de matérias classificadas. Seguiu-se uma revisão da literatura, em que o trabalho conceptual e a fundamentação de hipóteses foram questões devidamente consideradas.

Na segunda parte do trabalho, e após conclusão da revisão da literatura, houve a necessidade da construção de um guião de entrevista para conseguir recolher dados importantes, dados estes que constituem respostas a perguntas derivadas. Durante a última fase, levou-se avante o trabalho de campo, efetuando-se entrevistas a individualidades que já tinham estado a desempenhar papéis relevantes no BG da UE. Após obter os resultados dessas entrevistas, efetuou-se a análise dos dados.

Durante a realização do trabalho constatou-se a existência de um obstáculo sério - o fator tempo que impediu, quer a realização de mais reuniões - tanto com especialistas militares como com especialistas civis da área - quer a realização de entrevistas que exigiam uma deslocação até ao local da entrevista. Este fator condicionou ainda a disponibilidade dos entrevistados.

Outra dificuldade que se veio a verificar foi a necessária obediência ao limite de páginas imposto para a concretização do trabalho - 50 páginas. A matéria abrangida por este trabalho aconselharia, ou até exigiria, que se apresentasse a UE desde a sua fundação até ao aparecimento do BG e se aprofundassem conceitos e processos que o limite de páginas não permite.

Síntese dos Capítulos

Este estudo está dividido em partes distintas que pretendem definir e caracterizar qual a melhor tipologia de forças que se adapta ao conceito do BI/BG da UE.

Para isso, obedece à seguinte estrutura: introdução, revisão da literatura, metodologia e procedimentos utilizados durante a investigação, apresentação e análise de resultados e enunciação de conclusões e recomendações prospetivas.

No primeiro capítulo, ou seja, na introdução do trabalho, pretende dar-se a conhecer a justificação do estudo, procurando-se, desde logo, apresentar as hipóteses que se pretendem verificar.

No segundo capítulo, com a revisão da literatura, pretende-se fazer um enquadramento histórico ao BG, dando conta de onde este surgiu, que condicionantes o levaram a criar, qual foi a sua definição conceptual. No que respeita às missões em que se envolve, pretende-se identificar ainda as capacidades, bem como a tipologia de forças que o BG deve possuir. É ainda intento deste trabalho evidenciar a tipologia e capacidades dos BI do Sistema Nacional de Forças. Para tal, efetuou-se uma consulta exaustiva a nível documental de vários autores nacionais e internacionais que abordaram a temática do BG.

No terceiro capítulo, é abordada a questão da metodologia e dos procedimentos efetuados aquando da investigação, bem como do instrumento utilizado.

Num quarto capítulo, serão apresentados os resultados das entrevistas efetuadas, assim como algumas das ilações retiradas a partir destes mesmos resultados.

Para finalizar, no último capítulo, pretende-se avançar com algumas conclusões a que se chegou, bem como algumas propostas e sugestões para investigações futuras.

Sem a presença de outras investigações e de documentação oficial sobre este assunto, não seria possível a realização deste trabalho. Por conseguinte, este estudo termina com a apresentação das referências bibliográficas consultadas e igualmente de apêndices e anexos.

Capítulo 2

Revisão da literatura

2.1 O BG da UE

2.1.1. Evolução Histórica

A PESC, que foi institucionalizada com o Tratado de Maastricht, ao pretender contribuir para a cooperação entre os Estados-membros, permitiu à União ter uma voz internacional mais ativa e constituir uma nova forma de política externa (Hermenegildo, 2009). Nascia, assim, o ator global (Bretherton e Vogler, 2006) de segurança e gestão de crises.

Para explicar como apareceu o conceito do BG da UE, temos de regressar aos anos noventa e à crise que a Europa atravessou por não conseguir resolver os seus próprios problemas. Cite-se, a título de exemplo, a crise dos Balcãs, mais propriamente, a crise da Bósnia e da Macedónia no ano de 1992, ou a crise da Albânia e do Kosovo em 1998.

Neste mesmo ano de 1998, em Saint-Malo, reúnem-se os chefes de Estado e do governo do Reino Unido e da França. Desse encontro, nasce uma declaração que, no futuro, será vertida na Política Europeia de Segurança e Defesa (doravante PESD). Foi, contudo, a crise do Kosovo que veio demonstrar que a UE não tinha capacidade para resolver problemas ao nível da segurança na sua área de influência. Essa crise mostrou, ainda, que existia a necessidade de aumentar a sua capacidade militar para minimizar a dependência face aos EUA. Desde logo, a iniciativa franco-britânica colheu o apoio da Alemanha (Merlingen e Ostrauskaite, 2006), ainda que a PESD só tenha sido formalmente adotada em Junho de 1999, no Conselho Europeu de Colónia.

A UE veio a construir a sua política no âmbito da segurança e da defesa tendo por base as “Missões de Petersberg”, missões que já estavam consignadas na declaração de Petersberg de 1992 da UEO. Foram incluídas no então tratado da União Europeia (artigo

17.º), atual artigo 43.º do Tratado de Lisboa, que inclui estas missões, mas que também as expande (Silva, 2008).

No quadro-resumo abaixo (quadro n.º1), conseguimos visualizar a inclusão de novas missões que vieram a colmatar “lapsos” que tinham sido identificados durante a vigência do tratado da União Europeia.

Quadro 1 - Missões da UE

Missões da UE	
Missão de Petersberg conforme Art. 17º do TUE ⁵	Missões da UE conforme Art.43.º Tratado Lisboa ⁶
<ul style="list-style-type: none"> • Missões humanitárias ou de evacuação dos cidadãos nacionais e europeus • Missões de prevenção de conflitos e as missões de manutenção da paz • Missões de forças de combate para a gestão das crises, incluindo operações de restabelecimento da paz 	<ul style="list-style-type: none"> • Missões humanitárias ou de evacuação dos cidadãos nacionais e europeus • Missões de prevenção de conflitos e as missões de manutenção da paz • Missões de forças de combate para a gestão das crises, incluindo operações de restabelecimento da paz
	+
	<ul style="list-style-type: none"> • Ações conjuntas em matéria de desarmamento • Missões de aconselhamento e assistência em matéria militar • Operações de estabilização no termo dos conflitos

Autoria própria

⁵ Como foi introduzido pelo Tratado de Amesterdão em 1 de maio de 1999.

⁶ Como foi introduzido pelo Tratado de Lisboa em 13 de dezembro de 2007

No final do ano de 1999 e durante o Conselho Europeu de Helsínquia, a UE desenhou tanto a estrutura da sua PESD como o Headline Goal 2003 que previa que os Estados Membros não só dessem respostas às missões de Petersberg introduzidas pelo Tratado de Amesterdão, como também criassem uma força de reação com um efetivo de sessenta mil militares projetada em apenas sessenta dias (Keane, 2005). Nesse momento, a UE considera assim as forças de reação rápida como uma ferramenta muito importante na resposta às operações de gestão de crises.

Com o Tratado de Nice⁷ algumas alterações foram introduzidas, quer na atividade das instituições políticas comunitárias, quer no sistema jurisdicional da Comunidade. Assim, aconteceram modificações relativamente à Comissão, ao Conselho e ao Parlamento Europeu (Soares, 2002)

Embora a primeira missão lançada sob os auspícios da PESD se refira à *European Union Military Operation in the former Yugoslav Republic of Macedonia*, é a 12 de junho de 2003 que o Conselho da UE aprovou a decisão de lançar uma operação da PESD, operação de grande relevância para o presente estudo - a “Operação Artémis”⁸, surgida devido à falta de capacidade da ONU para lutar contra as milícias que se situavam na região de “Bunia”. O então secretário-geral das ONU, Kofi Annan, solicitou à estrutura da UE que desse seguimento a missão das Nações Unidas na República Democrática do Congo (MONUC).

A operação Artémis era constituída pela França como “nação quadro” (responsável pela operação) e era constituída por cerca de 1800 militares. No entanto, esta operação estava limitada no tempo, pois terminava a 1 de setembro de 2003. A UE foi, então, rendida pela força da ONU (MONUC)⁹. Saliente-se que o balanço desta operação é positivo, pois na perspetiva de Aldo Ajello¹⁰ a pronta resposta evitou um massacre em grande escala, ajudando assim na criação de condições necessárias para a realização do processo político que estava parado até àquela data. A operação Artémis ficou, assim, para a história, pois tratou-se da primeira intervenção de gestão de crises efetuada autonomamente (sem apoio de outro ator de gestão de crises). Provou a capacidade que a

⁷ Adotado na sequência do Conselho Europeu de Nice, em dezembro de 2000, e assinado em 26 de fevereiro de 2001, o Tratado de Nice entrou em vigor em 1 de fevereiro de 2003.

⁸ “A operação “ Artémis” foi efetuada a pedido das Nações Unidas, com o fim de garantir a segurança da cidade de “Bunia” na província do “Ituri” na República Democrática do Congo.” (Silva, 2008).

⁹No dia 1 de julho de 2010 a MONUC passou a MONUSCO - United Nations Organization Stabilization Mission in the Democratic Republic of the Congo.

¹⁰ Aldo Ajello foi o Representante especial da União Europeia na região dos Grandes Lagos de 1996 a 2007.

UE tinha de dar uma resposta rápida a uma emergência num teatro de operações longínquo que exigia muito a nível logístico (Xavier, 2005) e permitiu o nascimento do conceito do BG na UE. Assim, a UE teve a necessidade de criar uma força de reação rápida com a capacidade de 1500 militares, comandados por um Operation Headquarters (OHQ) e, no terreno, por um Force Headquarters (FHQ), projetados num prazo de 10 dias e auto-sustentáveis até 60 dias, a distância não superior a 10.000 km (Silva, 2008).

Da cimeira franco-britânica de 24 de novembro de 2003, cuja agenda refletia o tema da cooperação europeia de segurança e defesa, saiu uma declaração em que os dois países quiseram definir um modelo de atuação, baseando-se, para tal, na operação Artémis. Posto isso, a UE deveria ser capaz de responder, através da PESD, a pedidos efetuados pela ONU, fosse em África, fosse em qualquer outro lugar do mundo. A proposta que se referia aos “Battlegroups” (Britânicos) ou aos “Tactical Groups” (Franceses) só foi, contudo, aprovada a 10 fevereiro de 2004. Foi submetida ao Comité Político e de Segurança (COPS) que, por sua vez, pediu um parecer ao Comité Militar da UE (CMUE). O conceito começou a ganhar força após a reunião informal que reuniu ministros da defesa e chefes de estado-maior nos dias 5 e 6 de abril de 2004. Subsistiam as expetativas iniciais de, em 2007, o primeiro BG estar operacional. Depois do acordo prévio Franco-Britânico-Germânico, agendou-se um Conselho onde estiveram presentes os ministros dos negócios estrangeiros, bem como os ministros da defesa. Dessa reunião, saiu a necessidade de reformular um novo Headline Goal, o Headline Goal 2010 (Quille, 2006).

O Headline Goal é um conceito que surge a 17 e 18 de junho de 2004, nas conclusões do Conselho Europeu, espelhando as deficiências existentes e a corrigir, para que os Estados Membros conseguissem dar uma resposta rápida a todas as necessidades e em todo o espectro de missões abrangidas pelo tratado da UE. Este comunicado referia, ainda, não só a necessidade de operações conjuntas de desarmamento, como também de combate ao terrorismo e de reforma do setor da segurança. Um passo importante já que: “Os Estados Membros decidiram estabelecer um novo Headline Goal que refletia a Estratégia Europeia de Segurança bem como o ambiente estratégico e tecnológico”. Tem por base as missões de Petersberg e as tarefas estabelecidas no tratado de Amesterdão (Lidley-French 2005, p4).

No dia 1 de janeiro de 2005, o conceito de BG atingiu a IOC consistindo em dispor de um BG em standby numa base fixa. No dia 1 de janeiro de 2007, o conceito atingiu a

FOC. Passou a ter à sua disponibilidade dois BG para efetuar operações de reação rápida, podendo estas ocorrer, se necessário, quase em simultâneo (Hamelink, 2005).

2.1.2 O conceito do BG

Para Rodrigues (2010), o conceito de BG na UE (BG UE) designa um conjunto de forças disponíveis para assumir operações com elevado nível de autonomia, com pouco tempo de pré-aviso que, maioritariamente, mas não exclusivamente, atuam a partir de uma solicitação da (ONU) em missões previstas pelo capítulo VII da Carta¹¹.

Segundo o Conselho da UE (2007), o conceito do BG garante à UE uma ferramenta para intervir com uma força de reação rápida e permite-lhe estar dotada de uma capacidade para responder a crises emergentes, tendo sempre em conta a capacidade do seu BG que se encontra em standby. Este conceito permite também aos Estados Membros dotarem as suas forças armadas de capacidade para efetuarem operações de reação rápida, em locais distantes e em larga escala. A tomada de decisão tem que ser rápida, pois os prazos estabelecidos necessitam de uma elevada prontidão na decisão que ocorre não só ao nível da UE, como também ao nível nacional, muitas vezes envolvendo os parlamentos. Por conseguinte, deve existir uma estreita ligação entre o meio político e o meio militar a estes níveis. O conceito de BG veio, por tudo o que ficou referido, contribuir para um reforço da identidade militar da UE.

Segundo o deputado britânico Geoffrey Hoon (2005), os BG foram concebidos especificamente, mas não exclusivamente, para uma utilização rápida a pedido da ONU, mas também para intervenções rápidas em ambientes hostis. Este tipo de ações pode incluir ações de ajuda humanitária, bem como de prevenção de atrocidades.

Os elementos-chave essenciais para um BG ser bem sucedido são: possuir uma força com um efetivo de cerca de 1500 homens, com apoio de combate e apoio de serviços; ter capacidade para ser projetado no prazo de 15 dias após aprovação do CMC, e 10 dias após a tomada da decisão para a sua projeção, e ser autossustentável, no mínimo 30 dias, podendo todavia este prazo estender-se até aos 120 dias se reabastecido. O BG é

¹¹ Ação em caso de ameaça à paz, rutura da paz e ato de agressão

desenhado para desempenhar operações ao nível do capítulo VII da Carta da ONU para restaurar a paz ou a segurança internacional. Pode ser constituído por Estados Membros, mas também está aberto à participação de outros Estados.

O BG tem uma área de emprego que dista até 6000 km de Bruxelas, como se pode ver na figura 1. Bruxelas é o centro do raio de ação, mas aquela força pode ser utilizada em qualquer parte, a nível global. A força tem que ser projetada e, se necessário, reabastecida no local.

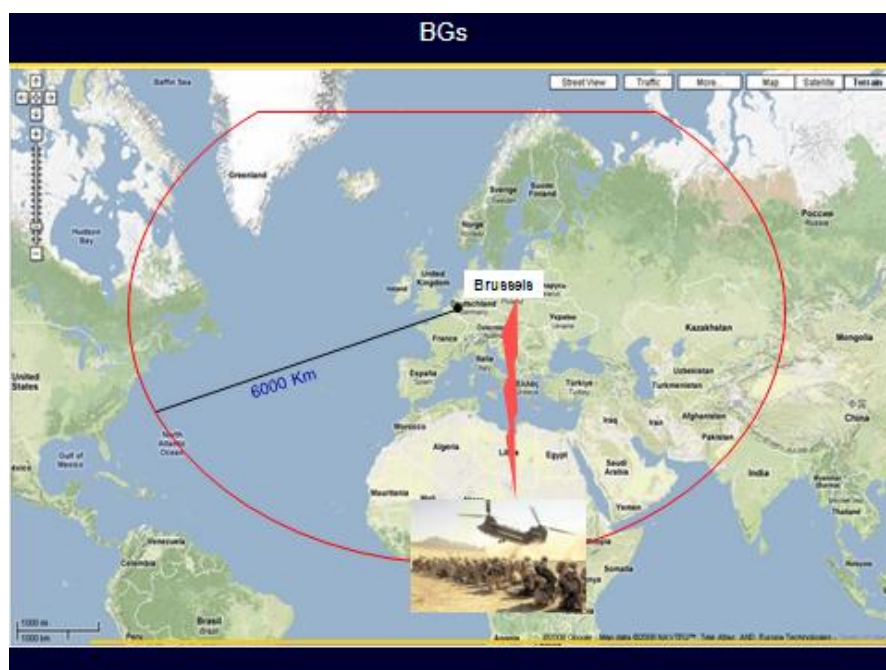


Figura 1 - Raio de Ação de BG desde Bruxelas

Fonte: Paccaud, n.d.

Podemos então concluir que o conceito de BG é um conceito operacional que estabelece a necessidade de dotar a UE de forças (BG) com um QG projetável para a força (FHQ) desenhado com base numa organização de tipo e escalão brigada, mas tendo como ponto central um BI reforçado com o apoio de combate e dos serviços que forem necessários.

O BG tem 10 dias para estar a operar no teatro de operação, após a tomada de decisão política para o lançamento da missão. Após o «notice to move» (NTM), o BG tem 10 dias para a sua projeção, deve apresentar uma capacidade de autossustentação até aos

30 dias e, se for reabastecido, deverá, se necessário, permanecer no teatro de operações até aos 120 dias. Cabe-lhe ainda cumprir todo o espectro de Missões, devidamente ilustradas no quadro 1 (Rodrigues, 2010).

Para apoiar o levantamento, preparação e projeção de um BG, a UE desenvolveu um conjunto de conceitos assessórios, como o BG Preparation Guide, o conceito de nação quadro e diversos conceitos funcionais (informações, logística, apoio médico, *etc*), que os diferentes intervenientes adaptam aos diferentes casos e combinações. Aponta-se como exemplo o conceito de preparação de um BG¹²: Este passa por três fases: uma primeira fase, que compreende o planeamento, inclui as orientações gerais e o desenvolvimento doutrinário; uma segunda fase, relativa já ao aprontamento da força, consigna uma consolidação da doutrina e a preparação e certificação que se estende até à última fase - a de *stand-by* (CMUE,2006).

2.1.3 Missões e Capacidades de um BG

O BG da UE efetua CRO até 6000 km de Bruxelas, derivadas dos seguintes cenários: Separação das partes pela força, Restabelecimento da Paz e Segurança de linha de comunicações, Prevenção de Conflitos (incluindo Embargos), Operações de desarmamento conjunto e Operações de Evacuação (aqui se compreendendo operações de evacuação de não combatentes) e Assistência Humanitária (compreendendo-se, nesta dimensão, a assistência aos movimentos migratórios) (CMUE,2006).

Estas missões são planeadas e conduzidas pela cadeia de C2 da EU¹³, que apresenta três níveis, nos quais são igualmente incluídas diferentes capacidades:

o nível estratégico, materializado por um dos cinco quartéis-gerais disponibilizados por países da União Europeia, designados por *Operation Headquarters* (OHQ)¹⁴. Estes níveis de comando operam a partir da sua localização física atual e são responsáveis pela geração, projecção e comando estratégico da operação, sendo no entanto estruturas que, normalmente, necessitam de incremento de pessoal, através de processos de *bidding*, no qual se identificam os necessários *augmentees*;

¹² Vide in Anexo A – Fases de um BG

¹³ Vide in Anexo B – Níveis de C2 da UE

¹⁴ Vide in Anexo C – Estruturas de Gestão de Crise da UE

o nível operacional, constituído num *Force Headquarters* (FHQ), projectado no teatro de operações específico, com a responsabilidade de planear e conduzir a operação no terreno, articulando as componentes que lhe sejam confiadas para o efeito. É nestas componentes que surgem outras capacidades inerentes ao conceito BG, nomeadamente os *enablers* ou facilitadores. Estes facilitadores podem assumir a forma de comandos de componente ou outra, para garantir as capacidades logísticas, de operações especiais, aéreas em especial no âmbito intra-teatro, navais ou outras consideradas necessárias. A indicação de um FHQ para uma operação da UE pode beneficiar da existência de cinco quartéis-generais nacionais deste nível, já constituídos e que podem ser disponibilizados à UE, ou de outros constituídos *ad-hoc* para o efeito, aos quais também se aplicam normalmente os processos de bidding descritos para os OHQ;

Finalmente, o nível tático, corporizado por um quartel general, normalmente de escalão brigada, designado por *BG Headquarters* (BG HQ), e de um conjunto de forças de manobra, de apoio de combate e de apoio de serviços, num quantitativo desejável de cerca de 1500 elementos. (Ribeiro, 2012)

2.1.4 Tipologia de Forças de um BG

Um BG da UE é constituído por um Batalhão de Infantaria reforçado com elementos de apoio de combate e de apoio de serviço¹⁵. Os elementos de apoio de combate podem ser constituídos entre outros por estes elementos: Apoio de fogos, Engenharia, Defesa antiaérea, Reconhecimento, Guerra eletrónica, Operações de informações, helicópteros de assalto e NBQR. Ao nível dos elementos de apoio de serviços estes podem ser constituídos por: Apoio logístico, Apoio Medico, Células CIMIC e Policia Militar.

Dado o princípio da multinacionalidade, a interoperabilidade é da maior importância para assegurar a utilização eficaz das forças militares no teatro. A interoperabilidade é conseguida, em grande parte, pela via do treino constante, rigoroso e sistemático.

O BI é constituído por um posto de comando de Batalhão, um Posto de Comando de Companhia, 3 companhia de atiradores, apoio de Fogos, reconhecimento e Apoio de

¹⁵ Vide in Anexo D – Estrutura tipo de um BG

Serviços. Devemos ter em conta, contudo, que o princípio da multinacionalidade não é aplicável abaixo do nível de companhia dentro dos BI (CMUE,2006).

2.1.4.1 A unidade de escalão batalhão

É importante assinalar que, ao nível do Batalhão, se notam algumas falhas no que se refere à disponibilização de informação por da parte da EU, circunstância que valeria a pena equacionar no sentido de melhorar o funcionamento de todo o processo. No que diz respeito à constituição do BI do BG, essa falta de orientações assume uma óbvia gravidade. As Nações constroem os BI tendo em conta as suas estruturas nacionais. De qualquer forma, cada um destes BI tem de possuir, na sua orgânica, um posto de comando de Batalhão, um Posto de Comando de Companhia, 3 companhia de atiradores, apoio de Fogos, reconhecimento e Apoio de Serviços.

Neste subcapítulo vamos explicar a constituição de dois BI/BG - o caso Português e (no próximo subcapítulo) o caso Polaco.

O caso Português:

Segundo o QO do BI/BG da UE, este é um sistema de manobra que se caracteriza pelo emprego de forças na conjugação do movimento, a proteção e o poder de fogo, sendo este o sistema decisivo que opera no campo de batalha. O BI/BG tem uma fácil capacidade de projeção dos seus equipamentos orgânicos principais, sendo uma unidade de proteção blindada média.

O Batalhão é constituído por três companhias de atiradores, uma companhia de apoio de serviços, uma companhia de apoio de combate, o comando do batalhão e o seu Estado-Maior. Apresenta, essencialmente, viaturas blindadas 8x8 Pandur II, mas também está equipado com sistemas Acar Carl Gustaf, Milan e morteiros 120 mm (Fernandes, 2010).

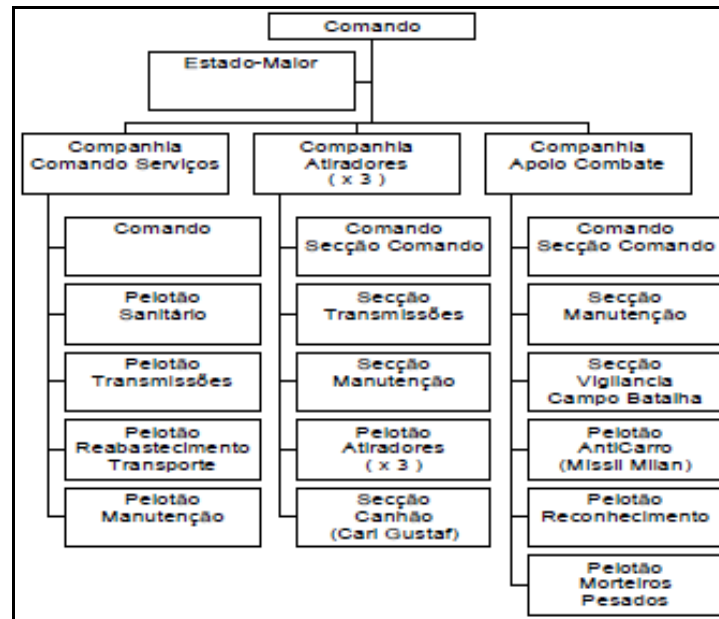


Figura 2 - Organograma do 1ºBI/BG

Fonte: Estado Maior do Exército, 2011

O BI/BG está capacitado para poder atuar de uma forma independente ao nível da secção, executa ações de combate próximo com armamento portátil. Tem a capacidade de efetuar fogos diretos e indiretos, montados ou apeados, com os quais garante a concentração de fogo necessária a empenhar forças inimigas. A sua força tem a capacidade para manter a posse ou mesmo controlar terreno que tenha sido conquistado ao inimigo e ainda preparar posições defensivas, fazer a defesa de pontos fortes, ocupá-los e negar o acesso aos mesmos. Tem capacidade para observar e executar operações em áreas urbanizadas, efetuar operações de resposta à crise (CRO) e levar a cabo operações de controlo de tumultos até ao efetivo de uma companhia. Pode efetuar operações conjuntas e combinadas; está preparada para atuar em condições meteorológicas adversas (extremo calor ou frio) e em terreno de qualquer tipo/condição. Apresenta capacidade para transportar 5DOS, garante o apoio a forças blindadas através do uso da proteção e da mobilidade, executa desminagem manual e destruição de obstáculos, encontrando-se equipada com equipamentos de proteção de pessoal e de equipamento, no âmbito do CBRN¹⁶, e também contra RCIED¹⁷. Apresenta capacidade para manter atualizada a rede

¹⁶ Chemical, Biological, Radiological, Nuclear.

¹⁷ Remote Controlled Improvised Explosive Devices.

logística relativa à classe III e V, bem como a rede de comando com os dados de combate e não combate; tem, ainda, capacidade orgânica para conseguir o apoio logístico e sanitário.

Apresenta algumas limitações ao nível da sobrevivência face à ameaça blindada, um grande consumo ao nível das classes de abastecimento¹⁸, classe III (combustíveis), classe V (munições) e classe IX (sobressalentes); dificuldades em terreno impeditivo¹⁹, quando se trata de unidades montadas; quando apeadas, reduzida capacidade de Comando e Controlo (C2) e, por último, limitações ao nível da projeção e estratégia da força pelo facto de o equipamento ser pesado (Estado Maior do Exército, 2011).

2.1.4.2 Exemplos recentes

Para ilustrar, eis alguns dos exemplos mais recentes. Começando pelo BG 2010-1 polaco, este foi iniciado em outubro de 2008, quando foi dada a missão a uma brigada polaca de levantar um BG de acordo com o conceito do “EU Battle Group Preparation Concept” e de outros documentos da UE. O BG foi composto por 3185 militares. A Polónia foi a nação quadro, enquanto a Alemanha foi a Lead Nation para a área da Logística e do Apoio Sanitário, e a Eslováquia foi a Lead Nation para a Engenharia (Paccaud, n.d.).

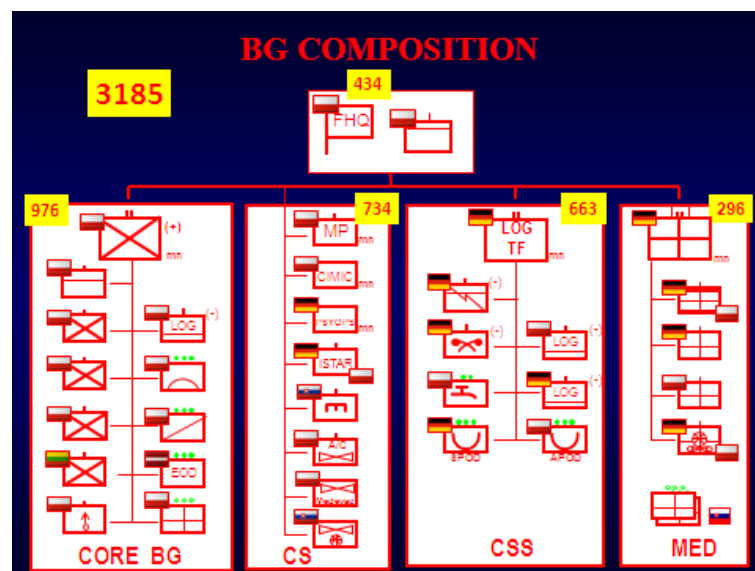


Figura 3 - Organograma do BG 2010-1

Fonte: Paccaud n.d.

¹⁸ Classes de Abastecimento, vide in Anexo E.

¹⁹ Terreno Impeditivo - impede ou dificulta quase completamente os movimentos de forças em formações de combate a não ser que seja efetuado um elevado esforço

Como podemos verificar na Figura 3, o BI Polaco era constituído por 4 companhias de Atiradores, uma companhia de morteiros, uma companhia de apoio de serviços e com um pelotão de Artilharia Antiaérea, um Pelotão de Reconhecimento, um Pelotão EOD²⁰ e um Pelotão Sanitário. Contudo o próprio BI incorporava unidades de outros países, importando para o seu interior o conceito de multinacionalidade.

2.2 Tipologia e capacidades dos BI do Sistema de Forças Nacional

2.3.1. O BI da BrigInt

Os Batalhões de Infantaria da Brigada de Intervenção (BI/BrigInt) são sistemas de manobra que são caracterizados por forças que combinam o movimento e o poder de fogo, com os quais pretendem alcançar uma posição vantajosa sobre o adversário conseguindo, desta forma, o cumprimento da missão atribuída. São unidades de proteção blindada média com facilidade de projeção dos seus equipamentos orgânicos principais. Estão capacitados para poderem atuar de uma forma independente ao nível de secção, executando ações de combate próximo com armamento portátil. A sua capacidade ofensiva advém da possibilidade de se efetuarem fogos diretos e indiretos, montados ou apeados, com os quais se garante a concentração de fogo necessária a empenhar forças inimigas blindadas ou de infantaria mecanizada, deste modo assegurando o máximo desgaste das forças empenhadas.

As suas forças têm a capacidade para manter a posse ou mesmo controlar terreno que tenha sido conquistado ao inimigo e ainda preparar posições defensivas, fazer a defesa de pontos fortes, ocupá-los e negar o acesso aos mesmos. Têm capacidade para observar, executar operações em áreas urbanizadas, efetuar operações de resposta à crise (CRO), e ainda a capacidade de operações de controlo de tumultos. Podem efetuar operações conjuntas e combinadas; estão preparados para atuar em condições meteorológicas adversas (extremo calor ou frio) e em terreno de qualquer tipo/condição. Apresentam

²⁰Explosive Ordnance Disposal

capacidade para transportar 3DOS, garantem o apoio a forças blindadas através do uso da proteção e da mobilidade, executam desminagem manual e destruição de obstáculos, encontrando-se equipadas com equipamentos de proteção de pessoal e de equipamento, no âmbito do CBRN²¹ e também contra RCIED²².

Apresentam algumas limitações ao nível da sobrevivência face à ameaça blindada: grande consumo ao nível das classes III (combustíveis), classe V (munições) e classe IX (sobressalentes); dificuldades em terreno impeditivo; quando se trata de unidades montadas, estas, quando apeadas, apresentam reduzida capacidade de Comando e Controlo (C2) e, por último, limitações ao nível da projeção e estratégia da força pelo facto de o equipamento ser pesado.

Como fundamentais capacidades, nomeadamente as que consubstanciam as valências e competências essenciais de um BG, podemos referir a capacidade de proteção média com grande facilidade de projeção de todos os seus equipamentos principais (Estado Maior do Exército, 2009a, 2009b).

2.3.2 O BI da BrigMec

Os Batalhões de Infantaria da Brigada Mecanizada (BI/BrigMec) são sistemas de manobra que são caracterizados por forças que combinam o movimento e o poder de fogo, através dos quais pretendem alcançar uma posição vantajosa sobre o adversário, e conseguir, desta forma, o cumprimento da missão atribuída. São unidades de combate pesadas, blindadas e com elevado poder de mobilidade. Estão especialmente preparados para executar operações convencionais de média e alta intensidade de natureza ofensiva, tendo como fatores decisivos da sua ação a iniciativa, o movimento, a proteção, a violência e a precisão dos fogos. Apresentam ainda grande capacidade técnica e tática. Têm capacidade para atuar de uma forma independente até ao nível de secção. Conseguem executar ações de combate próximo com armamento portátil, e garantir apoio a forças blindadas, fazendo uso tanto da sua capacidade de proteção como da sua mobilidade.

Ao nível das operações, estes podem efetuar CRO como Operações de controlo de tumultos em áreas urbanizadas, bem como Operações Conjuntas e Combinadas.

²¹ Chemical, BIological, Radiological, Nuclear.

²² Remote Controlled Improvised Explosive Devices.

Conseguem não só observar, negar o acesso, ocupar e defender pontos fortes, como também têm a possibilidade de controlar ou manter a posse de terreno que tenha sido conquistado ao inimigo e ainda preparar posições defensivas. Têm a possibilidade de atuar em situações de extremo calor e frio. Efetuam desminagem manual e destruição de obstáculos. Apresentam uma capacidade de transporte 3 DOS.

OS BIMEc estão equipados de material de proteção adequado ao âmbito do CBRN e também do RCIED.

Apresentam, contudo, algumas limitações ao nível da sobrevivência face à ameaça blindada, e grande consumo ao nível das classes III (combustíveis), classe V (munições) e classe IX (sobressalentes). Manifestam dificuldades em terreno impeditivo. Quando se trata de unidades montadas, estas, quando apeadas, revelam reduzida capacidade de Comando e Controlo (C2) e, por último, são manifestas as limitações ao nível da projeção e estratégia da força pelo facto de o equipamento usado ser pesado.

As principais capacidades que vão ao encontro das do BG são as de efetuar CRO, mas tendo sempre em conta que estes são forças de combate pesadas, blindadas e com elevado poder de mobilidade (Estado Maior do Exército, 2009c, 2009d).

2.3.3 O BIPara

Os Batalhões de Infantaria Paraquedistas da Brigada de Reação Rápida (BIPara/BRR) são forças de Infantaria ligeira que estão preparados para realizarem as operações convencionais que apresentam um elevado estado de prontidão e grande capacidade de projeção. Caracterizam-se pela projeção de potencial de combate, rapidez na ação, flexibilidade e a possibilidade de inserção através de salto de paraquedas.

Conseguem executar operações aerotransportadas para entrada inicial de forças em ambiente não favorável em diferentes tipos de terreno, com o auxílio do paraquedas, explorando assim a mobilidade estratégica, a velocidade de reação na conquista de terreno vital. Têm capacidade para atuar de uma forma independente até ao nível de secção. Conseguem executar ações de combate próximo com armamento portátil. Com execução de fogos diretos, da manobra apeada e da sua mobilidade, conseguem obter uma elevada

concentração de potencial, empenhando assim forças inimigas, sendo estas blindadas, mecanizadas ou mesmo de Infantaria, e causando o máximo de atrição.

Ao nível das operações, podem efetuar CRO como Operações de controlo de tumultos em áreas urbanizadas, bem como Operações Conjuntas e Combinadas. Conseguem não só observar, negar o acesso, ocupar e defender pontos fortes, como também têm a possibilidade de controlar ou manter a posse de terreno que tenha sido conquistado ao inimigo e ainda preparar posições defensivas. Têm a possibilidade de atuar em situações de extremo calor e frio. Efetuam desminagem manual e destruição de obstáculos. Apresentam uma capacidade de transporte 3 DOS.

OS BIPara estão equipados de material de proteção adequado ao âmbito do CBRN e também do RCIED.

Apresentam, contudo, algumas limitações ao nível da proteção, pois existe uma grande vulnerabilidade aos fogos inimigos, a capacidade de efetuar operações sem apoio adicional é de 3 a 5 dias. Apresentam ainda dependência inicial de Apoio de fogos aéreos, necessidade de superioridade da aérea local e de condições meteorológicas favoráveis para deslocamento e desembarque aéreo.

Como principais capacidades, em termos de correspondência às capacidades necessárias de um BG, demos referir o facto de estes serem forças de infantaria ligeira, com elevada capacidade de projeção imediata e elevado estado de prontidão (Estado Maior do Exército, 2009e, 2009f).

2.3.4 O BCmds

O Batalhão de Comandos da Brigada de Reação Rápida (BCmds/BRR) está situado na Carregueira. Este Batalhão é definido como forças de combate ligeiro, não blindado, estando maioritariamente preparado para ações ofensivas na parte das operações convencionais. Tem um elevado grau de projeção, capacidade de projeção imediata ao nível da técnica e da tática, elevada capacidade, grande flexibilidade de emprego, apresentando como fatores decisivos a surpresa, velocidade, violência e precisão do ataque. Tem capacidade para atuar de uma forma independente até ao nível de equipa. Consegue executar ações de combate próximo, com armamento portátil. Com a execução de fogos diretos, da manobra apeada e da sua mobilidade, consegue obter uma elevada concentração

de potencial, empenhando assim forças inimigas sendo estas blindadas, mecanizadas ou mesmo de Infantaria, causando o máximo de atrição.

O BCmds está equipado de material de proteção adequado ao âmbito do CBRN e também do RCIED.

Ao nível das operações, pode efetuar CRO como Operações de controlo de tumultos em áreas urbanizadas, bem como Operações Conjuntas e Combinadas. Consegue não só observar, negar o acesso, ocupar e defender pontos fortes, como também tem a possibilidade de controlar ou manter a posse de terreno que tenha sido conquistado ao inimigo e ainda preparar posições defensivas. Tem a possibilidade de atuar em situações de extremo calor e frio, bem como conduzir operações em áreas urbanizadas e em condições de visibilidade limitada. Tem capacidade para inserção e infiltração através de meios aéreos, terrestres e aquáticos. Executa patrulhas de longo alcance e reconhecimento em profundidade, contando com um guiamento terminal munições através de designador laser e executando também deslocamentos em viaturas orgânicas. Apresenta capacidade para manter atualizada a rede logística relativa à classe III e V, bem como a rede de comando com os dados de combate e não combate.

Apresenta, contudo, algumas limitações ao nível da capacidade de defesa, pois não consegue fazer face a ameaça blindada ou mecanizada em terreno favorável a este tipo de forças.

Como principais capacidades, tendo em contas as necessidades e funções do BG, os “Comandos” são forças de combate ligeiras, não blindadas, com elevado estado de prontidão (Estado Maior do Exército, 2009g).

2.3 Futuro dos BG

O conceito de BG que se encontra definido, parece apresentar-se concetualmente bem construído e adequado relativamente às missões e tarefas que lhe estão cometidas. Contudo, temos que ter em conta que nunca tendo sido empregue, as valências nele incluídas não foram testadas e que, por outro lado, a grande maioria dos BG até agora constituídos apresentam constituições com diferentes capacidades e efetivos pois, na sua

essência, representam combinações de intenções de várias Nações, já que os Estados Membros consideram-no como um instrumento de “transformação” das forças armadas. Podemos então concluir que este conceito não se pode considerar fechado, apresentando mesmo algumas tendências de evolução.

Podemos assim referir o senhor Gros-Verheyde (2012a, 2012b), no que se refere ao calendário onde se encontram as forças que vão aprontar um BG, deparando-se com alguns “buracos”. Mesmo sendo diferente do calendário que vigorava até ao ano de 2012 (onde se encontrava sempre 2 BG de permanência), a partir do 1.º semestre de 2013 até ao ano de 2016 já só se encontram disponíveis 1 BG de permanência por cada semestre, exceto para o segundo semestre de 2014.

Existem ainda 10 países com disponibilidade para se assumirem como nação líder para a construção do BG. Porém, deparamo-nos aqui com o entrave da falta de uma vontade política. Na política externa da UE, subsistem diferentes perceções sobre a segurança. O fator financeiro é um verdadeiro problema, pois exige um grande esforço do país que desempenha o papel de nação líder. Ao falarmos em problemas financeiros, não podemos deixar de referir os entraves que estão no dia-a-dia de países como a Grécia, Portugal, Roménia ou Hungria. Para a resolução dos mesmos, deverá ter de se melhorar o mecanismo Athena²³ para apoiar os países que estejam a desempenhar estas funções. A redução dos Efetivos do Contingente da ISAF no Afeganistão pode ajudar a melhorar o calendário dos BG.

Gros-Verheyde (2012a) apresenta também novas soluções, nomeadamente: o ajuntamento dos Estados Membros maiores e a formação de cada um numa nação líder (por sua vez, os Estados mais pequenos deveriam aglomerar-se e organizar-se em parcerias regionais para construírem assim uma nação líder); a inclusão de uma componente civil como a inserção de FPU ou IPU; a introdução de alterações em torno de algumas das suas capacidades de resposta rápida, como por exemplo o apoio médico; o estabelecimento de contratos de suporte logístico para o transporte estratégico; um reforço na cooperação entre o Estado Maior da União Europeia (EMUE) e as estruturas logísticas da ONU (Gros-Verheyde, 2012a). Existe ainda a possibilidade de o BG ser utilizado como força de reserva como está descrito no documento aprovado pelo COPS (este poderá vir a ser

²³ O mecanismo Athena, estabelecido em 2004, foi concebido para gerir o financiamento dos custos comuns necessários à execução das operações da União Europeia (UE) que têm implicações militares ou no domínio da defesa. O Athena é gerido sob a autoridade do Comité especial, órgão composto por representantes dos países contribuintes.

utilizado como reserva na operação Althea na BH). Este conceito encontra-se ainda em desenvolvimento, ao mesmo tempo que defendem que este deveria sofrer algumas.

Já em 2010, Lemos Pires falava da utilização de unidades militares especiais do tipo forças militarizadas (a incluir nas Gendameries ²⁴). Estas constituíam a solução para responder às dificuldades das forças militares no desempenho de missões policiais e similares.

²⁴ A Força de Gendarmerie Europeia (EGF) é uma iniciativa multinacional de 5 Estados Membros da UE - França, Itália, Holanda, Portugal e Espanha - para reforçar as capacidades de gestão internacional de crises. O EGF visa uma implantação coerente e coordenada das forças policiais da UE com estatuto militar e poder de polícia completos. O EGF estará, em primeiro lugar, à disposição da UE. Também pode ser colocado à disposição da ONU, OSCE, NATO e outras organizações internacionais ou coligações ad hoc.

Capítulo 3

Metodologia e Procedimentos

A investigação científica depende de um “conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos” (Gil, 1999 p. 26) para que os seus objetivos sejam atingidos.

Daqui nasce a importância dos métodos científicos que - caracterizados como um conjunto de processos ou operações mentais que se devem empregar na investigação - serão a base mestra de orientação de qualquer trabalho científico. Serão estes processos que fornecerão as bases lógicas à investigação, podendo destacar-se, entre outros, os de cariz dedutivo ou indutivo (Gil, 1999).

Neste capítulo, é feita uma abordagem teórica à investigação documental e à investigação qualitativa, incidindo-se particularmente no estudo de caso qualitativo. Seguidamente, é feita uma breve descrição dos participantes na investigação (Sujeitos e o Investigador). São ainda referidas as estratégias de recolha de dados durante a investigação, nomeadamente através da observação participante nas entrevistas, da maneira como são tratados os dados e da estratégia pedagógica utilizada (Martins, 2006).

3.1 A investigação qualitativa ou o estudo de caso.

A presente investigação decorreu no Regimento de Infantaria nº13 e na Academia Militar, cujos participantes foram do BI/BG ERF, após a conclusão do mesmo. O estudo de caso que foi elaborado foi sobre o BI/BG ERF e sobre qual o BI mais adequado ao BI/BG ERF. Nesse sentido, utilizamos o BI/BG ERF do BG 2011-2.

O estudo de caso é caracterizado pelo facto de reunir informações “tão numerosas e tão pormenorizadas quanto possível com vista a abranger a totalidade da situação. É a razão pela qual ele se socorre de técnicas variadas de recolha de informação (Observação, entrevistas, documentos)” [De Bruyne et al., 1975, (p.211) citado em Lessard-Hébert et al., 1990, p.170., isto segundo Bodgan e Biklen (1992) citados por Tuckman

(2000pag.507)] já que “A investigação qualitativa apresenta as cinco características principais que se seguem :

- (1) A situação natural constitui a fonte de dados, sendo o investigador o instrumento-chave da recolha de dados.
- (2) A sua primeira preocupação é descrever e só secundariamente analisar os dados.
- (3) A questão fundamental é todo o processo, ou seja, o que aconteceu, bem como o produto e o resultado final.
- (4) Os dados analisados indutivamente, como se se reunissem, em conjunto, todas as partes de um puzzle.
- (5) Diz respeito essencialmente ao significado das coisas, ou seja, ao “porque” e ao “o que”

Segundo Merriam (1988) citado por Bogdan e Biklen (1994,p.89), “o estudo de caso consiste numa observação detalhada de um contexto”. Estes últimos defendem que o plano de estudo é como um funil , pois num estudo qualitativo o tipo de perguntas não é muito específico. As extremidades do funil são o princípio do estudo e os investigadores inicialmente procuram locais ou pessoas onde seja possível obter dados. Após essa fase, constroem uma malha larga para avaliar os interesses desses mesmos dados tendo em conta os seus objetivos.

3.2 Participantes na Investigação

3.2.1 Sujeitos

Segundo Tuckman (2000), numa entrevista, o investigador tem em conta o interesse objetivo em recolher informações e tenta retirar, a partir dos dados obtidos, algum tipo de conclusões.

No meu estudo, a escolha dos entrevistados foi intencional, uma vez que todos estes sujeitos já tinham estado a desempenhar funções num BG. O Major-General Pil Av Melo Correia, durante o período de 2004-2006, exerceu funções de Conselheiro Militar na Representação Permanente de Portugal junto da União Europeia (REPER), período coincidente com o da criação do conceito dos BG por parte da UE no qual participou. O Coronel Infantaria João Pedro Ribeiro foi, durante o levantamento do BG 2011-2, o Oficial coordenador do projeto nacional. O Coronel de Artilharia Fernandes foi oficial de Estado

Maior da ERF e desempenhava funções de Ponto de Contacto (POC) durante todo o processo do BG. O Tenente-Coronel de Artilharia Silveira desempenhou as funções de oficial de Estado Maior NRDC-SP. O Tenente-Coronel Santos Sá foi o Cmdt do BI/BG ERF e o Major Infantaria Almeida desempenhou as funções de oficial de operações do BI/BG ERF. O Capitão de Infantaria Andrade foi Cmdt da 1ªCAT do BI/BG ERF e o Capitão de Infantaria Tavares foi Cmdt da 3ª CAT do BI/BG ERF.

3.3. Estratégia de recolha dos dados

Segundo Tuckman (2000), existem várias formas de se obterem de dados. Num estudo de caso, há normalmente três modos: Entrevistas, Documentação de vários tipos e Observação. Com estes três métodos, o objetivo é o mesmo: adquirir informação relacionada com a investigação.

3.3.1 Observação direta e participante (notas de campo)

3.3.2.1 Entrevistas

Existem vários tipos de entrevistas, que se distinguem pela forma como estão estruturadas. Segundo Lessard-Hébert et al (1990) citando Powney e Watts (1987), existem duas grandes categorias: (1) a entrevista orientada para a resposta; (2) a entrevista orientada para a informação. Mas é a primeira pela qual optei, porque

a entrevista orientada para a resposta caracteriza-se pelo facto de o entrevistador manter o controlo no decurso de todo o processo. Ela é, na maioria das vezes, estruturada ou, pelo menos, semiestruturada e é referenciada a um quadro preestabelecido. Distingue-se da entrevista estruturada no sentido em que esta, visando igualmente a recolha de informação, não considera de modo absoluto a ordem de aparição das informações no desenvolvimento do processo (Lessard-Hébert et al.,1990,p.162).

No estudo, optei por utilizar entrevistas semiestruturadas por parecem mais adequadas neste contexto e por permitirem maior segurança ao investigador. Estas foram então conduzidas através de um guião de entrevistas (vide apêndice A), onde se encontravam algumas questões gerais que foram sendo exploradas mediante as respostas dadas pelos entrevistados.

A grande vantagem da entrevista sobre outras técnicas é que ela permite captação imediata e corrente da informação desejada, praticamente com qualquer tipo de informante e sobre os mais variados tópicos. (...) Enquanto outros instrumentos têm seu destino selado no momento em que saem das mãos do pesquisador que os elaborou, a entrevista ganha vida ao se iniciar o diálogo entre o entrevistador e o entrevistado. (LÜDKE e ANDRÉ, 1986, p.34).

Com isto, consegui obter respostas não-estruturadas, respostas estas que, segundo Tuckman (2000), são vulgarmente designadas por respostas abertas, permitindo assim que o sujeito responda da forma que é pretendida. Nas questões de resposta aberta, pode-nos dar uma maior informação do que a que obteríamos na resposta estruturada, pois naquela podemos apresentar cinco razões possíveis para o sujeito assinalar como sua opção.

Para finalizar, as entrevistas realizadas foram feitas num ambiente informal para os sujeitos se sentirem à vontade e exprimirem livremente as suas opiniões e pontos de vista. Biggs (1986) citado por Bogdan e Biklen (1994) refere que existe uma riqueza nos dados quando existe este tipo de entrevistas, visto existir uma transcrição de detalhe e de exemplos.

É evidente que uma estratégia-chave para o entrevistador qualitativo no campo de trabalho consiste em evitar, tanto quanto possível, perguntas que possam ser respondidas com “sim” ou “não”. Os pormenores e detalhes particulares são relevados a partir de perguntas que exigem exploração (Bogdan e Biklen, 1994).

3.3.3 Documentos

A análise documental segundo Lessard-hébert et al. (1990) é uma técnica de complementaridade que é utilizada para “triangular” os dados obtidos por outras técnicas.

Estes são normalmente uma segunda fonte sobre os acontecimentos, elaborados normalmente em forma de atas ou relatórios.

No presente trabalho utilizei os relatórios que foram emitidos pelos organismos da UE, relatos de jornais artigos de revistas e relatos dos participantes. Como Tuckman (2000) refere, os relatórios de acontecimentos podem ser escritos por participantes ou transcritos por notícias de jornais, se este acontecimento for de facto relevante.

Os documentos podem ser apresentados de duas formas: (1) documentos pessoais e (2) documentos oficiais. Os documentos oficiais são aqueles que utilizei mais durante a realização do meu trabalho, tratando-se de memorandos, boletins informativos, comunicados de imprensa. Este tipo de documentos encontra-se facilmente disponível, embora possa acontecer que alguns documentos se encontrem indisponíveis devido ao seu grau de classificação. Portanto, podemos dizer que existem dentro dos documentos oficiais mais dois tipos: os documentos internos, que foram aqueles que utilizei no meu trabalho quando estive a trabalhar nas missões e capacidades dos BI, ou os de comunicação externa, que compreendem alguns comunicados de imprensa elaborados pela UE (Lessard-hébert et al. 1990).

3.4 Tratamento dos dados

No tratamento de dados, utilizei algumas citações de entrevistas para me referir a algumas respostas a perguntas que tinham sido formuladas no início da minha investigação. Segundo Bell (1997,p181) “algumas respostas, provavelmente, fornecerão citações úteis para ilustrar determinados pontos no seu trabalho”.

Quadro 2 - Síntese das questões do estudo instrumentos utilizados

Questões orientadoras da investigação	Instrumentos de recolha dos dados
<ul style="list-style-type: none"> ✓ Qual o conceito de BG para a UE? ✓ Qual a organização tipo de um BG? ✓ Quais as missões e tarefas doutrinariamente atribuídas aos BG? ✓ Quais as capacidades necessárias para um Batalhão para o cumprimento das missões e tarefas de um BG? ✓ Quais as características e capacidades dos diferentes tipos de unidades de escalão batalhão? ✓ Qual a unidade nacional de escalão batalhão mais adequada para a integração num BG e qual a sua organização e capacidades? 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Documentos (documentos oficiais, artigos escritos sobre o tema) ✓ Entrevistas

Fonte: (Martins, 2006).

Como podemos verificar pelo quadro 3, as principais questões orientadoras que estiveram subjacentes desde o início do estudo foram: (1) Qual a organização tipo de um BG? (2) Quais as missões e tarefas doutrinariamente atribuídas aos BG? (3) Quais as capacidades necessárias para um Batalhão para o cumprimento das missões e tarefas de um BG? (4) Quais as características e capacidades dos diferentes tipos de unidades de escalão batalhão? (5) Qual a unidade nacional de escalão batalhão mais adequada para a integração num BG e qual a sua organização e capacidades?

Para recolher as informações que possibilitassem dar uma resposta a estas questões, foram utilizadas a análise documental e as entrevistas.

3.5 Estratégia pedagógica e calendarização das atividades

A principal estratégia pedagógica utilizada prende-se com o facto do estudo de investigação ter decorrido num contexto de normal funcionamento. Parte significativa do BI/BG tinha-se constituído como 1ºBI/KFOR, o que obrigou à recolha dos dados numa fase onde o BI se encontrava numa fase final de aprontamento e em que existia um elevado número de tarefas que tinham de cumprir, situação que dificultava a recolha de dados.

O estudo decorreu sensivelmente durante um ano, desde a aprovação do projeto até ao dia 23 de julho, tendo o trabalho de campo sido realizado no RI nº 13, como antes se refere.

A distribuição das atividades relacionadas com o trabalho foi distribuída, praticamente, por 10 semanas, pois durante a formação técnica e tática da arma e durante a prática de comando é difícil conciliar estas atividades com a realização do trabalho. A calendarização das atividades, bem como os instrumentos de recolha de dados utilizados, encontram-se listados no quadro 3 de acordo com os vários momentos do estudo.

Quadro 3 - Calendarização dos vários momentos do estudo e instrumentos usados na recolha de dados.

Momento do estudo	Instrumentos de recolha de dados utilizados	Período
Fase Inicial do Estudo	Leitura Exploratória	Maio a Outubro 2011
	Entrevista Exploratória	Fevereiro 2012
Trabalho de campo (recolha de dados)	Entrevistas	Março 2012
Fase Final de Estudo		Junho 2012

Fonte: (Martins, 2006).

Pela análise do quadro 3, podemos verificar que o estudo tem uma fase inicial, o desenvolvimento do trabalho e uma fase final.

A fase inicial do estudo coincidiu com a construção do projeto. Aí comecei a ter um conhecimento mais profundo acerca do que era o BG da UE. Nesta altura, foi muito importante o trabalho que o meu Orientador desenvolveu, visto que foi ele próprio a

fornecer-me algum material precioso para iniciar as minhas leituras exploratórias. No início do tempo de exclusividade, numa entrevista informal com o Major-General Pil Av Melo Correia, consegui ter uma ideia ainda mais concreta, por ter acompanhado de forma privilegiada a conceptualização e levantamento dos BG na UE.

Durante o estudo, tive a possibilidade de contactar e entrevistar os intervenientes do BI/BG português, desde o Comandante do BI ao seu Oficial de Operações, bem como os Comandantes de Companhia. Deste modo, consegui obter informação e ouvir pessoalmente o que, nas suas perceções, foi positivo e menos positivo, circunstância que foi reforçada com documentos já existentes e com as lições aprendidas sobre o BI/BG.

Na fase final do estudo, que decorreu desde a última semana de junho até ao dia 23 de julho, procedeu-se à compilação da informação recolhida ao longo do meu estudo (desde a análise documental, à entrevista exploratória e, depois, às entrevistas).

3.6 Síntese

Neste estudo, foi adotado um estudo de caso de cariz qualitativo. O estudo incidiu sobre pessoas que já tinham desempenhado funções em BG/UE.

Durante todo o processo de recolha e análise de dados, teve-se sempre em conta as questões derivadas: (1)Qual a organização tipo de um Battle Group?(2)Quais as missões e tarefas doutrinariamente atribuídas aos Battle Groups?(3)Quais as capacidades necessárias para um Batalhão para o cumprimento das missões e tarefas de um Battle Group?(4)Quais as características e capacidades dos diferentes tipos de unidades de escalão batalhão?(5)Qual a unidade nacional de escalão batalhão mais adequada para a integração num Battle Group e qual a sua organização e capacidades? Bem como a questão central (1) Qual o Batalhão de Infantaria mais adequado para constituir o Battlegroup?

Para responder a estas questões, teve-se em conta toda a recolha de dados que assentou na análise documental e nas entrevistas.

Estas entrevistas foram semiestruturadas, pois eram aquelas que revelavam ser as mais adequadas.

No final de todo o trabalho, foram organizados, estruturados, analisados e cruzados todos os dados a fim de se poderem apresentar conclusões sobre o tema estudado.

Capítulo 4

Apresentação, análise e discussão de Resultados

Vamos dividir a apresentação dos resultados deste trabalho de investigação em três partes. Na primeira parte, apresentar-se-á a análise feita ao nível documental dando-se, para tal, enfoque à tipologia e às capacidades dos Batalhões, bem como à sua missão, através de quadros que auxiliarão na análise desta matéria. Na segunda fase, serão apresentados os resultados das entrevistas que foram efetuadas durante o trabalho de campo e realçadas as partes mais importantes destas para, no final, se confrontar a análise documental com a análise de entrevista na terceira e última parte - análise dos resultados.

4.1 Apresentação dos resultados da Analise Documental

A análise documental iniciou-se com o estudo das capacidades dos Batalhões de Infantaria do Sistema nacional de forças. No quadro n.º4, podemos verificar as características em que falhavam os Batalhões, comparando-os com o BI/BG.

Quadro 4 - Capacidades dos BI

Capacidades	BI/BrigInt	BIMec/BrigMec	BIPara/BRR	BCmds/BRR
Atuar de forma independente até ao nível de secção.	X	x	x	
Transportar 5 DOS.				
Garantir apoio a forças fazendo uso de proteção e mobilidade.	X	x		

Autoria Própria

Legenda: O X indica a presença das capacidades referidas, nestes batalhões. O campo a vermelho indica a ausência da capacidade mencionada no Batalhão.

Neste quadro resumo, podemos verificar as diferenças entre as capacidades dos Batalhões de Infantaria do sistema nacional de forças e o BI/BG. Uma questão crítica, como se pode verificar na tabela, é a capacidade de transportar os 5 DOS. Na tabela encontramos, porém, o BCmds sem capacidade de atuar de forma independente até ao nível de secção, mesmo se consegue atuar de forma independente até ao nível de equipa.

Quanto à capacidade de garantir apoio fazendo uso da proteção e mobilidade, o BCmds e os BIParas não conseguem executá-la devido aos equipamentos orgânicos que estão estabelecidos para estas unidades.

O BI que se encontrava mais próximo do BI/BG é, por conseguinte, o BI/BrigInt,

Continuando a análise documental, serão apresentados dados sobre as missões que estes batalhões estão aptos a levar a cabo, como podemos observar no quadro n.º 5.

Quadro 5 - Missão dos BI

	Missão
BI/BG EUROFOR	O BI BG prepara-se para executar Operações de Resposta a Crises, sob a égide da União Europeia, de acordo com o seu conceito de emprego.
BI/BrigInt	O Batalhão de Infantaria prepara-se para executar operações em todo o espectro das operações militares, no âmbito nacional ou internacional, de acordo com a sua natureza.
BIMec/Brig Mec	O Batalhão de Infantaria Mecanizado prepara-se para executar operações em todo o espectro das operações militares, no âmbito nacional ou internacional, de acordo com a sua natureza.
BIPara/ BRR	O Batalhão de Infantaria Pára-Quedista executa operações de assalto aéreo através de salto tático em paraquedas ou desembarque de assalto para conduzir operações de combate convencionais em áreas sensíveis ou negadas. Quando reforçado com meios de apoio adicionais, executa todo o espectro de missões de um Batalhão de Infantaria.
BCmds/ BRR	O Batalhão de Comandos conduz operações de combate, de natureza eminentemente ofensiva, de forma independentemente ou em apoio de outras forças, em condições de elevado risco e exigência. Prepara-se para cumprir outros tipos de missões do espectro das operações militares.

Autoria Própria

A partir deste quadro, conseguimos verificar que existe um dos BI que não se enquadra na missão do BI/BG EUROFOR, que são os BIParas, pois necessitam de ser reforçados para conseguirem efetuar missões em todo o espectro de operações. Aqui também podemos verificar que o tipo de operações para as quais o BCmds está preparado não é o mais indicado. Este tem, porém, por si só, capacidade para realizar o tipo de missões que o BI/BG tem que cumprir.

A análise da tipologia de forças que se encontra espelhada no quadro n.º6 vai ajudar-nos a definir qual o BI mais adequado para pertencer ao BI/BG.

Quadro 6 - Tipologia dos BI

	Tipologia da Força
BI/BG	Unidade de proteção blindada média com facilidade de projeção dos seus equipamentos orgânicos principais
BI/BrigInt	Unidade de proteção blindada média com facilidade de projeção dos seus equipamentos orgânicos principais.
BIMec/BrigMec	É uma força de combate pesada, blindada e com elevado poder de mobilidade
BIPara/BRR	Força de infantaria ligeira e com elevado estado de prontidão
BCmds/BRR	Forças de combate ligeiras, não blindadas e com elevado estado de prontidão

Autoria Própria

Com este quadro, podemos verificar que existem grandes diferenças entre os BI. Os BIMec ficam desde logo limitados, pois podem apresentar blindagem, mas são forças de combate pesado. Os BIParas e o BCmds também apresentam limitações, pois são duas forças de infantaria ligeira, mas não são blindadas.

4.2 Apresentação dos resultados das entrevistas

As entrevistas que foram executadas tinham como principal objetivo aferir um conjunto de condições que permitissem responder às hipóteses que tinham sido levantadas no início desta investigação.

4.2.1 O Coordenador do projeto nacional BG;

Na sequência da entrevista com o Senhor Coronel Ribeiro, conseguimos obter as seguintes informações:

O conceito de BG da União Europeia é um conceito adequado e atualizado, que visa dotar a União Europeia de uma capacidade de reação rápida para fazer face a crises emergentes de natureza limitada. Este conceito inclui o transporte estratégico que é a capacidade militar de colocar este importante recurso no TO. Este pode ser feito de três formas: dando a responsabilidade a uma nação, contratualizando pela organização ou então conferindo a cada nação a responsabilidade de colocar as suas forças. Mas este conceito apresenta algumas dificuldades, pois necessita de ser negociado caso a caso e só quando se encontra numa situação de iminente planeamento é que se considera a possibilidade de concretização.

Contudo, este conceito pode ser facilitado quando existe uma nação quadro, visto que este BG está baseado na doutrina e organização de uma só nação. Se a força for constituída por mais que uma nação, o processo tende a apresentar complicações crescentes.

A organização do BG considera-se adequada, pois consegue desempenhar todo o tipo de missões para o qual foi construído. Em virtude dessas missões assumirem uma natureza ligeira, a sua unidade principal materializa-se em um BI apenas.

A UE apresenta uma capacidade muito embrionária ao nível militar, pois como organização permanente só possui o EUMS. Contudo, o BG pode servir de uma alavanca para a construção de uma estrutura militar mais sólida por parte da UE.

Ao nível das capacidades, é importante definir com mais detalhe os facilitadores (enablers), que estão incluídos ao nível operacional, sendo importante saber quais as capacidades necessárias em termos de transporte e de logística.

Do ponto de vista nacional, a construção de um BG permite igualmente alavancar um conjunto de capacidades militares consideradas necessárias para um determinado dispositivo.

Existe também a possibilidade de construir um batalhão com diferentes capacidades nas companhias (ligeiras, médias e/ou pesadas), o que viria a dar uma grande flexibilidade ao Cmdt dessa unidade.

4.2.2 Of EM ERF (Cor Art Fernandes);

Na sequência da entrevista com o Senhor Coronel Fernandes, podemos salientar estes pontos como sendo os principais.

Na parte conceptual, podemos verificar que o conceito se encontra atualizado, mas com necessidade de ir sendo refinado consoante a evolução sociopolítica. Este conceito permite à UE obter uma ferramenta de resposta rápida capaz. Contudo, ajuda sobretudo no desenvolvimento de capacidades das forças armadas, sendo estas de projeções de longo alcance, sublinhando-se sempre a necessidade de recorrer a recursos adicionais de transporte estratégico. A tomada de decisão tem que ser acelerada e sincronizada, no interior dos organismos da UE e a nível nacional. Verifica-se assim uma maior cooperação entre os Estados Membros.

Do mesmo modo, a sua organização encontra-se adequada, devendo incluir uma componente civil, com o menor efetivo possível (desde que militarmente eficaz). É uma unidade de escalão batalhão reforçada e tem como princípio nuclear o princípio da multinacionalidade.

Para além disso, podem desempenhar todas as missões que estão atribuídas pelo tratado da UE que resumidamente são: Separação das Partes pela Força (SOPF); Estabilização, Reconstrução e Apoio Militar em países de terceiro mundo (SR); Prevenção de Conflitos (CP); Operações de Evacuação de Não-Combatentes (NEO); Assistência a Operações Humanitárias (HA).

Tendo, contudo, sempre em conta a sua reduzida dimensão e flexibilidade, podem ser baseados em forças de montanha, anfíbias ou outras específicas, visto que o conceito para a sua constituição é deveras abrangente.

4.2.3 Cmdt do BI/BG ERF

Ao nível do conceito, este é o de uma Capacidade de resposta rápida, sendo altamente projetável e tendo uma clara interoperabilidade. Apresenta um grau de prontidão elevado e tem sustentação própria até 30 dias. Os principais cenários em que pode intervir são: separação de forças (tarefas combate em gestão de crise até imposição de paz); estabilização e reconstrução (leia-se manutenção de paz); prevenção de conflitos; operações de evacuação e assistência humanitária.

Tendo sempre em conta as principais capacidades como o comando e o controlo (C2), ISTAR (Intelligence, Surveillance, Target Acquisition, and Reconnaissance), a forma como a força se movimenta e como esta será sustentada bem como a forma como esta está empenhada em cumprir as tarefas que decorrem das missões. Ao nível dos equipamentos, não se pode descurar nem a proteção nem a segurança. Isto leva-nos a pensar que esta força tem que ser equipada com viaturas blindadas para conseguir ter essas duas valências. Saliente-se que as viaturas blindadas Pandur II 8x8 encontram grandes dificuldades no combate em áreas urbanizadas, devido ao seu comprimento. Uma viatura pandur 6x6 facilitaria nesse tipo de combate. A articulação deste deveria assentar no batalhão de infantaria ligeira com capacidades ao nível da proteção e ao nível da segurança, pois os equipamentos desta unidade têm que ter a capacidade de responder ao nível da proteção e da segurança, daí as viaturas blindadas. Deveria incluir um módulo de apoio (destacamento de Operações Especiais), como podemos verificar na figura 4.

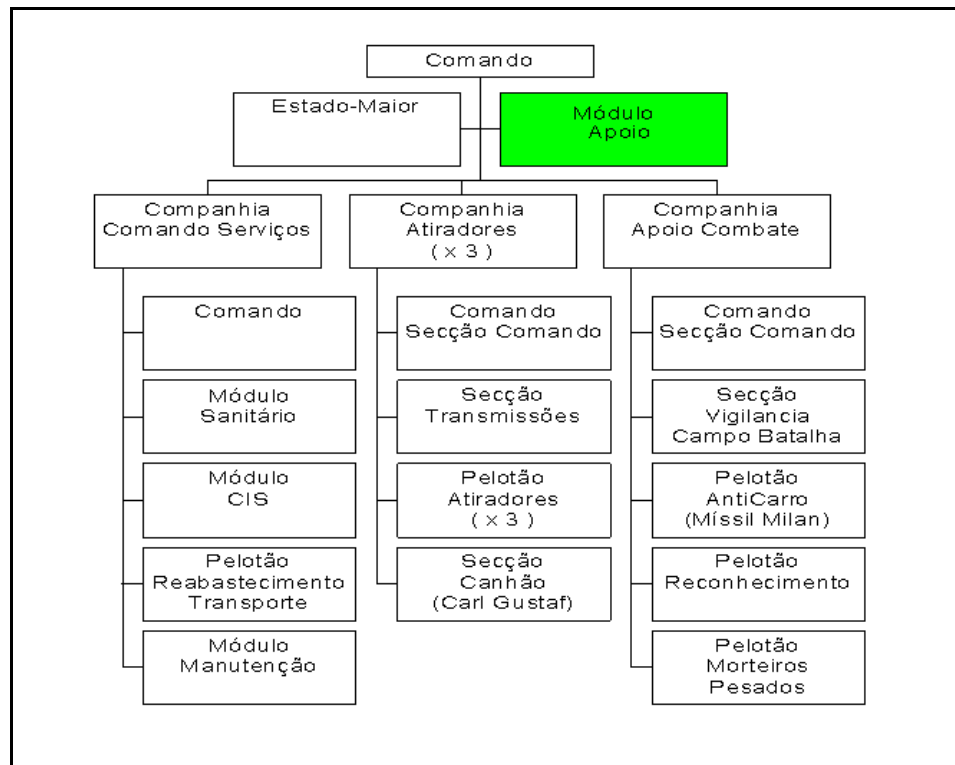


Figura 4 - Organograma de um possível BI pelo Tenente-Coronel Sá

No sistema nacional de forças, deveria optar-se por uma força que estivesse preparada para alguns tipos de cenários (referidos anteriormente) e, portanto, face a este tipo de cenários, escolheria uma unidade de infantaria ligeira e blindada. Particularizando, para um cenário de operação de evacuação e prevenção de conflitos, a unidade paraquedista e comandos seria a mais adequada, mas, no conjunto dos cenários, uma unidade ligeira e blindada afigura-se genericamente mais completa para este efeito.

4.2.4 Of Op do BI/BG ERF

Segundo o Major Almeida, os cenários mais prováveis que poderiam aparecer a uma força do tipo BG as Operações de Apoio à Paz, ou Manutenção de Paz são as mais prováveis, não se espera que sejam Operações convencionais.

Ao nível do equipamento, deve compreender viaturas apropriadas, como as Pandur II 8x8, pois garantem a proteção da força. O BI/BG poderia articular-se então em subunidades de manobra, sendo estas de Infantaria com unidades de cavalaria (ex: Possibilidade de aparecer um Esquadrão de Apoio de Combate). A companhia de apoio de serviços poderia ser reduzida devido à existência dos NSE (ex: poder-se-ia levar menos pessoal, mas pessoal especializado, e contratar locais para serem instruídos por esses militares especializados para reduzir custos e também meios a ser projetados). Sugeriu-se ainda a inclusão no BI de um módulo de apoio (destacamento de Operações especiais), como podemos verificar na figura 5.

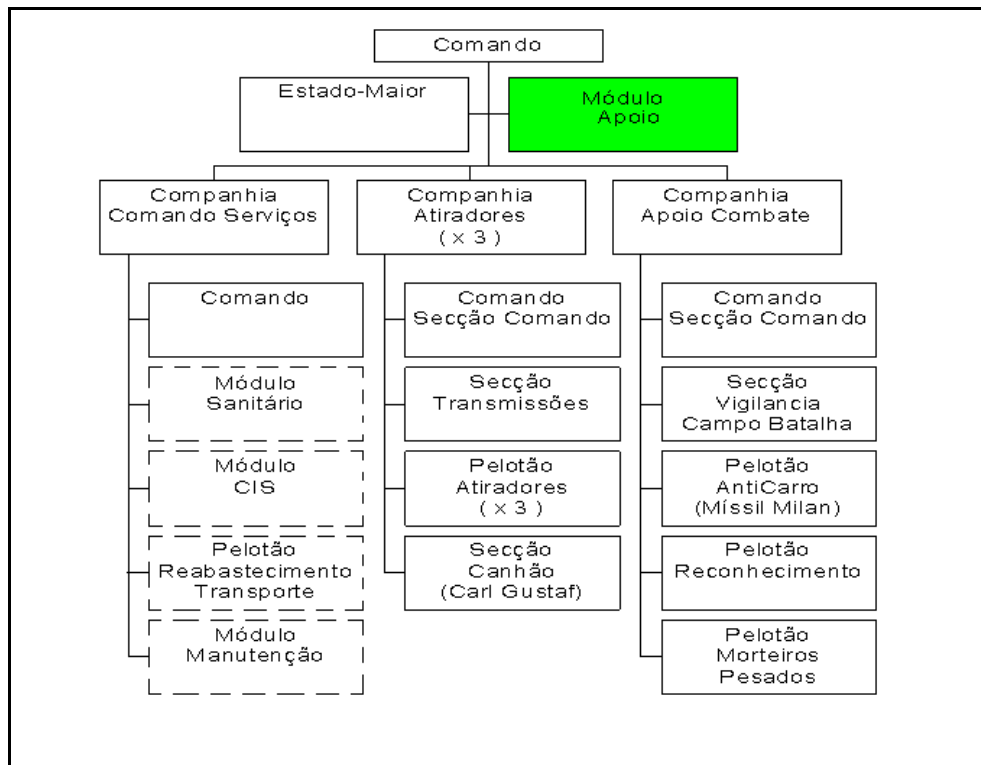


Figura 5 - Organograma de um possível BI pelo Major Almeida

No sistema nacional de forças, poderia existir a possibilidade de um BIPara se constituir como BI/BG, mas só como força de entrada, ou seja, para tratar da proteção do APOD e/ou SPOD e depois ser substituídos por uma unidade tipo o BI/BrigInt.

4.2.5 Cmdt da 1CAT/ BI/BG ERF

Os principais locais onde o BG poderá servir são o Norte de África e as missões de CRO. Ao nível do equipamento, este deveria estar equipado com viaturas que permitissem efetuar todas as tarefas atribuídas e, com isso, podemos dizer que a Pandur II seria uma grande mais-valia para a realização deste tipo de operações se a juntarmos à capacidade de controlo de tumultos que a companhia tinha.

Neste sentido, uma Unidade de Infantaria ligeira é o mais apropriado para o BI/BG devido ao tempo de projeção. Como sabemos, o tempo é limitado e, para projetar uma força deste tipo, existiria assim uma grande possibilidade de esta ser projetada em meio aéreo. Para ser projetada por meio aéreo, teria que ser uma unidade de infantaria ligeira. Ao nível da articulação da companhia, deveria dar-se-lhe mais poder com a inclusão de uma secção de morteiros, e dar a cada pelotão um atirador especial, como podemos ver na figura 6. Ao nível do Batalhão, também se deveria incluir uma secção de mini-uav para auxílio na tomada de decisão.

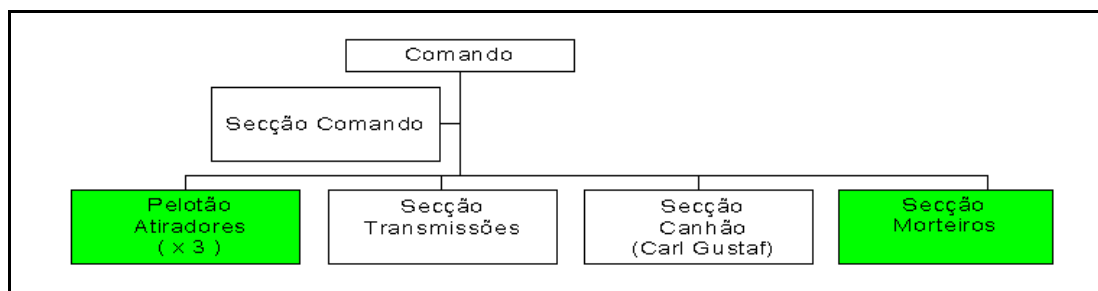


Figura 6 - Organograma de uma possível CAT de um BI pelo Capitão Andrade

4.2.6 Cmdt da 3CAT/ BI/BG ERF

Este conceito apresenta-se adequado, pois designa forças disponíveis para assumir operações com elevado nível de autonomia, com pouco tempo de pré-aviso e maioritariamente, mas não exclusivamente, para atuar a partir de uma solicitação da Organização das Nações Unidas (ONU) com capacidade para atuar em missões do capítulo VII da respetiva carta. Por tudo isto, podemos concluir que apresenta uma organização adequada aos nossos dias.

Quanto ao cumprimento das missões previstas, quando são executadas as diretivas específicas relativas ao treino e preparação das forças, qualquer uma delas é passível de ser cometida ao BG.

Uma unidade de infantaria ligeira é, assim, a opção mais adequada, pois tem facilidade de adaptação e sustentação logística.

A articulação de uma força está sempre dependente dos meios existentes, embora estes deveriam surgir de acordo com as necessidades das missões atribuídas. Assim, deveria optar-se por uma companhia de atiradores, como podemos ver na figura 7.

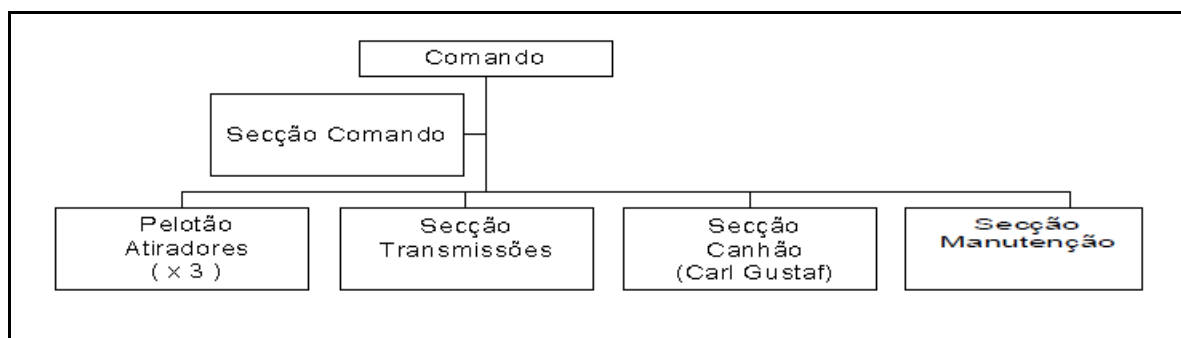


Figura 7 - Organograma de uma possível CAT de um BI pelo Capitão Tavares

A articulação que foi desenhada encontrava-se adequada, uma vez que foi tido em conta as nossas capacidades e possibilidades de dar resposta às solicitações da UE. Os BG têm por finalidade contribuir para as capacidades de reação rápida da UE e desenvolvimento da sua estrutura de organização de forças. Contudo, as forças de Operações Especiais têm missões específicas que poderiam apoiar as missões atribuídas ao

BI. A integração deste deveria ter a forma de um módulo de apoio na dependência do comandante do BI.

4.2.7 Of EM NRDC-SP (TC Art Silveira)

Na sequência da entrevista com o Tenente-Coronel Silveira, conseguimos obter as seguintes informações.

O conceito/modelo encontra-se adequado, pois existe a necessidade da UE ter ferramentas no vetor militar para poder resolver questões de segurança e defesa no espaço europeu, quando tal seja solicitado. No entanto, nos dias de hoje, as organizações devem ser flexíveis. Deste modo, apesar de existir uma organização/estrutura base e de referência, deveria existir um reforço de capacidades, como por exemplo em informações, valência que a nível da UE é bastante reduzida e condicionada. Outro vetor que deve crescer é o do targeting, quer na vertente letal quer na não letal, em que se tenta reproduzir o conceito NATO. No entanto, existem grandes limitações na fase de execução, nomeadamente problemas em termos de meios disponíveis e no processo de decisão.

Os EUBG podem desempenhar todas as missões que lhe estão atribuídas conceptualmente, mas na fase de aprontamento e de acordo com os meios disponíveis pelas Nações poderá haver alguns condicionamentos/limitações (caveats). No entanto, creio que esta questão fica salvaguardada quando é recebida a missão e começa o processo de planeamento tendo por base o cenário de intervenção. Refira-se que existem geralmente dificuldades na área das informações, na obtenção de meios ISTAR e helicópteros.

As capacidades necessárias para esta força dependem sempre dos cenários de intervenção. Estes cenários condicionam o levantamento de capacidades. Existem de seis em seis meses estudos, por parte da UE, de possíveis áreas geográficas de emprego desta força. Só após a conclusão destes estudos se poderá começar a definir possíveis cenários de atuação e equacionar as capacidades necessárias para responder às missões e tarefas que poderão ser atribuídas. A unidade que se encontra mais adequada, tendo em conta as missões definidas para o emprego dos EUBG, é o escalão “batalhão”, mas reforçado com meios. Não querendo chegar ao escalão de Brigada, deverá ter praticamente todas as suas

capacidades. Deste modo, considero que, tendo em conta os padrões e características definidos para uma unidade de Infantaria Ligeira, esta deverá ser a unidade de referência dos EUBG.

Contudo, poder-se-ia reforçar a capacidade de apoio de fogos e a capacidade de recolha de informações, nomeadamente com a inclusão de elementos de Operações Especiais e de um módulo mini UAV/UAS para aquisição de objetivos e recolha de informações. Tendo em conta apenas o Batalhão de Infantaria do EUBG, considero que com três Companhias de Atiradores, uma Companhia de Apoio de Combate e uma de Comando e Serviços, deverá ser constituída a estrutura base desta Batalhão. Obviamente, como referi antes, esta força deverá ser reforçada com outros meios.

No entanto, apesar de haver no EUBG apoio de fogos orgânicos, deverá ter este Batalhão módulos de morteiros, de Operações Especiais e de vigilância (UAV/UAS), como podemos ver na figura 8.

Ao nível dos equipamentos, os ligeiros são os mais adequados para a natureza das missões que são atribuídas aos EUBG. São meios que permitem grande capacidade em termos de mobilidade da força e em termos logísticos são mais facilmente sustentáveis. Concetualmente - e tendo por base as missões definidas para os EUBG -, considero que a unidade base deverá ser o Batalhão de Infantaria Ligeira, embora reforçado quer com as propostas apresentadas anteriormente, quer com meios de proteção e de mobilidade adequados ao cenário levantados para a possível intervenção.

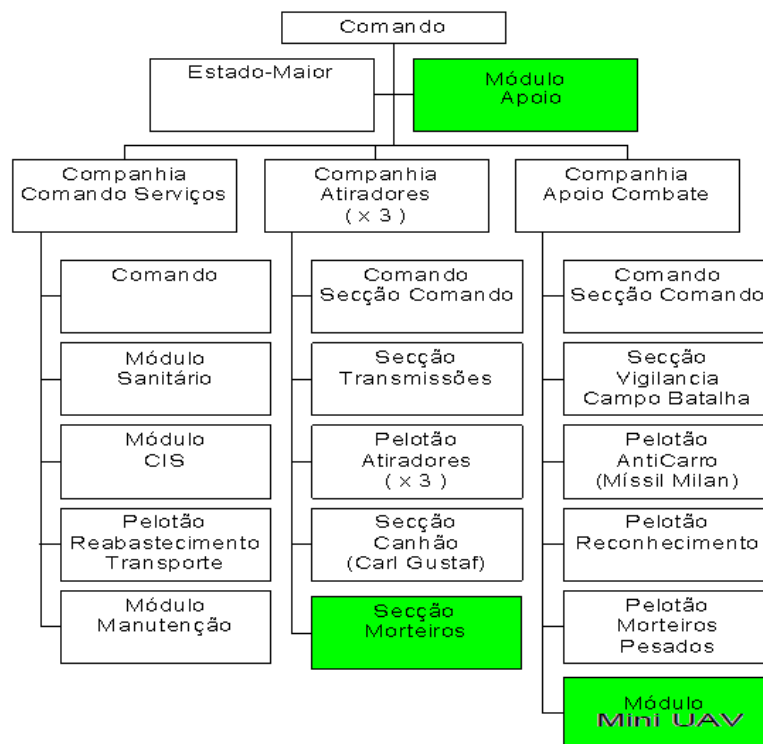


Figura 8 - Organograma de um BI/BG pelo Tenente-Coronel Silveira

4.3 Análise geral conclusiva dos resultados

Após a apresentação dos resultados (primeira e segunda parte), cabe-nos a análise dos resultados com o intuito de responder às questões levantadas.

Como primeira questão temos, Qual o conceito da União Europeia para os BG?

No decurso das entrevistas, tentou colher-se a opinião dos entrevistados sobre o facto de o conceito de BG da UE se encontrar ou não atualizado. Caso não estivesse atualizado, na opinião dos inquiridos, a pergunta equacionaria as melhorias a introduzir. Existiu a necessidade de verificar qual era o conceito da UE para o BG, como está disposto no capítulo 2, e a revisão da literatura no subcapítulo 2.1.2., em que o conceito dado sobre o BG se baseia em documentos do Conselho Europeu.

O conceito do BG da UE encontra-se adequado e atualizado, sendo definido como uma força de reacção rápida da EU para a gestão de crises. Esta força deve ter obviamente em conta as suas limitações. É indiscutível que esta força carece de melhoramentos, mesmo ao nível da tomada de decisões, se considerarmos que, em alguns países, existe até

a necessidade de consultas ao parlamento. Ao nível do transporte estratégico, há também alterações.

A segunda questão é: Qual a organização tipo de um BG?

Segundo a análise documental (subcapítulo 2.1.2) e as informações recolhidas nas entrevistas, tentou-se perceber qual seria uma organização-tipo de um BG e a forma como este estava constituído, recolhendo-se propostas para possíveis melhorias ao nível da organização.

O BG é constituído por uma unidade manobra, ou seja, o Batalhão de Infantaria, sendo este a sua unidade principal e contando com mais unidades de apoio de combate, unidades de apoio de serviço, NSE e com os QG, o OHQ e FHQ, o BGHQ e os facilitadores. Tendo tal em conta, esta organização encontra-se adequada para responder ao tipo de missões para as quais foi constituída, possuindo as capacidades necessárias para estas missões. Genericamente, o BG é constituído por cerca de 1500 militares (circunstância que raramente se verifica, pois a soma de todos os envolventes é quase sempre superior a este número). Contudo, dever-se-ia aumentar a sua capacidade ao nível das informações, com a inclusão de alguns meios e mesmo com a utilização da componente das operações especiais para a recolha de informações.

A terceira questão é: Quais as missões e tarefas doutrinariamente atribuídas aos BG?

As missões e as tarefas atribuídas ao BG são as missões da UE, que estão compreendidas no capítulo 2 no quadro 1. Importa ainda ter em conta o conceito do BG e a razão por que estes foram criados.

Podemos concluir que o BG é capaz de realizar as missões que lhe estão atribuídas, mas o grau de eficácia dependerá sempre dos meios que vão estar à sua disposição e também das suas condições. De qualquer forma, do ponto de vista conceptual, está objetivamente preparado para as realizar.

A quarta questão é: Quais as capacidades necessárias para um Batalhão para o cumprimento das missões e tarefas de um BG?

Segundo a análise documental (subcapítulo 2.1.4 tipologia de forças BG) e as informações recolhidas nas entrevistas, pretendia-se verificar quais as capacidades necessárias ao BI do BG e as enunciar as capacidades que poderiam ser levantadas para um BI/BG.

As capacidades necessárias ao cumprimento das missões e tarefas de um BI vão depender, em cada momento, da própria natureza dos objetivos e das situações específicas em causa. Contudo, existem capacidades que são transversais a todo o tipo de missões, como por exemplo as capacidades ao nível das informações, do C2, ISTAR e proteção da força.

Deve realçar-se a possibilidade de, no Batalhão, poderem existir diferentes capacidades nas diferentes companhias, constituindo-se assim unidades mais ligeiras, medias e/ou pesadas, o que conferirá uma maior flexibilidade ao Cmdt da força. No entanto, existem capacidades que devem ser reforçadas, como as informações, pois sendo o efetivo da força reduzido, como atrás se sublinha, haverá sempre a necessidade de ampliar/potenciar as suas capacidades, para se elevar a proteção da força.

A quinta questão é: Quais as características e capacidades dos diferentes tipos de unidades de escalão batalhão?

Após a análise das entrevistas e depois do estudo, a análise documental efectuada no sub-capítulo 2.3, 2.3.1, 2.3.2, 2.3.3, 2.3.4, pretendíamos verificar quais as principais características e possíveis melhorias a introduzir, como por exemplo a eventual inclusão de diferentes tipos de equipamentos.

As capacidades e características que já existem nos BI são aquelas que já foram reproduzidas no capítulo 2. Contudo, existem ainda algumas que devem ser salientadas, como o C2 e o ISTAR. Para que estas capacidades consigam dar uma melhor resposta, verifica-se a necessidade de dotar o BI com alguns equipamentos, que passam por exemplo pela inclusão de uma secção Mini-Uav, a qual iria ajudar na tomada de decisões, aumentando-se assim o comando e o controlo, bem como o nível da recolha de informações.

Há outros meios que deveriam também ser incluídos, de maneira a alterar-se as características da força – por exemplo, a inclusão de viaturas 4x4 (Humvee) com proteção permitiria constituir uma força mais ligeira.

Para finalizar a sexta questão é: Qual a unidade nacional de escalão batalhão mais adequada para a integração num BG e qual a sua organização e capacidades?

Segundo a análise documental (subcapítulo 2.1.4 tipologia de forças BG) e as informações recolhidas nas entrevistas, pretendia-se verificar qual a unidade de escalão Batalhão mais adequada e preparada para integrar um BG e qual seria a sua constituição.

A unidade de escalão batalhão mais adequada é uma unidade de infantaria ligeira, com proteção e com capacidade de projeção rápida. No entanto, devemos ter sempre em conta o conceito do BG e as suas missões e tarefas. Trata-se de uma unidade de Infantaria ligeira, pois as missões que esta tem para desempenhar também são ligeiras. É muito importante não esquecer a tão necessária proteção.

Esta unidade deve ter uma capacidade de projeção rápida devido a necessidade de responder aos tempos que estão definidos no conceito do BG.

Parece-nos óbvio que uma unidade de infantaria ligeira, com proteção, com capacidade de mobilidade e projeção é a unidade mais adequada para pertencer ao BG.

Fazendo um resumo do que foi toda esta análise, será obrigatório falar da não utilização dos BG até aos dias de hoje, podendo esta situação dever-se à falta de capacidades por parte dos países de transporte, ou mesmo às dificuldades financeiras por parte de alguns países. No sentido de ultrapassar estes obstáculos, deveríamos apostar em verdadeiros melhoramentos ao nível do mecanismo Athena, ou com o recurso a “slot” de capacidades (i.e., à ideia de todos os países dizerem quais as suas possibilidades e que meios poderiam disponibilizar para se executar o transporte).

Ressalve-se que este mecanismo, de qualquer modo, deve manter-se, pois garante a possibilidade de forças armadas dos países membros alavancarem algumas capacidades que, de outro modo, não garantiriam.

Capítulo 5

Conclusões

5.1. Reflexões finais

Fomos realçando ao longo deste trabalho que o conceito que existe de BG encontra-se devidamente atualizado, devendo contudo ser considerado aberto e com possibilidades de evolução. No seu esforço de afirmação militar, a UE tem uma necessidade incontornável de deter uma força de reação rápida, capaz de uma projeção eficaz, aqui residindo também a carência de meios adicionais para o transporte estratégico, que na generalidade dos casos, obriga a uma negociação caso a caso para a realização do mesmo. Julga-se adequada a necessidade de reformular os meios da tomada de decisão permitindo uma coerência dos prazos com os processos de decisão política internacional e nacional, a análise da possibilidade de inclusão de uma componente civil mais alargada e a revisão do mecanismo Athena.

Assim, poderia existir uma “slot de capacidades”, em que os Estados membros dariam a conhecer os meios à sua disposição para a realização do transporte ou, por outro lado, a definição prévia da assunção da responsabilidade de colocar, cada um, os seus meios e equipamentos no teatro.

Os BG devem possuir um elevado estado de prontidão para poderem ser rapidamente projetáveis, e aqui identificamos um problema que é o chamado “timing” de decisão. Após o NTM, o BG tem 10 dias para começar a operar no TO, o que torna complicado o cumprimento do prazo, devido ao facto de a decisão, na maior parte dos Estados Membros, passar por uma aprovação nacional ou consulta.

A sua capacidade de sustentação inicial subsiste até 30 dias sem serem reabastecidos, o que causa muitas complicações, pois consegui verificar que ao nível dos BI Portugueses essa capacidade se encontra em 3 dias, o que significa que existe uma grande necessidade de apoio por parte da estrutura do BG. Devido à sua

multinacionalidade, é importante que exista uma interoperabilidade entre as forças armadas da UE.

Uma organização tipo do BG, segundo o estudo que realizámos, encontra-se adequada à tipologia de missões que o BG tem que executar. Contudo, podemos evidenciar a componente civil dos BG que foi anteriormente falada, quando defende uma reformulação em torno do “nicho” de capacidades como a inserção do apoio médico, inclusão de unidades de polícia para ministrar formação ou mesmo polícia já formada.

As missões e o tipo de cenário que um BG tem que realizar são aquelas que resultam da combinação das Missões definidas pelo tratado de Lisboa com a Estratégia Europeia de Segurança (Solana, 2003), que consistem na Separação das Partes pela força (SOPF), a estabilização, reconstrução e apoio militar em países de terceiro mundo (SR), prevenção de Conflitos (CP) as operações de evacuação de não-combatentes (NEO) e, para finalizar, a assistência a operações humanitárias (HA). As capacidades que um BI tem que possuir para conseguir desempenhar as missões e tarefas de BG são capacidades para atuar de forma independente até ao nível de secção, realizar operações de combate com armas ligeiras, conduzir operações de resposta a crises, observar, negar o acesso, ocupar e defender pontos fortes, conduzir operações em áreas edificadas, participar em operações conjuntas ou combinadas. De qualquer forma, estas capacidades devem estar de acordo com o estudo de situação que é feito pela UE onde se evidenciam os possíveis locais de ação do BG, bem como o tipo de missões que estes podem ter que desempenhar nesses cenários.

A articulação mais adequada para um BI de Infantaria pertencer a um BG da UE é a utilização de 3 companhias de atiradores, sendo que esta poderia ser reforçada com uma secção de morteiros para aumentar o seu poder de fogo e os seus pelotões reforçados com um atirador especial para auxiliar em algumas tarefas que são atribuídas. Acrescente-se a necessidade de, idealmente, equipar estas forças com viaturas 4x4 blindadas que garantissem a proteção, a projeção e a mobilidade.

A capacidade de executar operações de controlo de tumultos que a 1ªCAT tinha deveria ser estendida a todas as companhias do Batalhão, pois foi um dos factos que foi referenciado como uma mais-valia durante as entrevistas efetuadas. A presença de várias capacidades e diferenciadas pelas Companhias também daria ao Cmdt de Batalhão uma maior flexibilidade.

Em suma, existem várias possibilidades para constituir um BI/BG – mas, nos conjuntos dos cenários, a força que se adequa mais é uma força ligeira e blindada.

O número de efetivos da CCS do BI poderia ser menor devido ao facto de existir o NSE, que tem a capacidade de nos conseguir apoiar de melhor forma, assim podemos afirmar que o tamanho da CCS sera sempre adequada ao NSE que nos tiver a apoiar.

A Figura nº 9 mostra-nos então como poderia ser a estrutura de um BI para pertencer a um BG da UE.

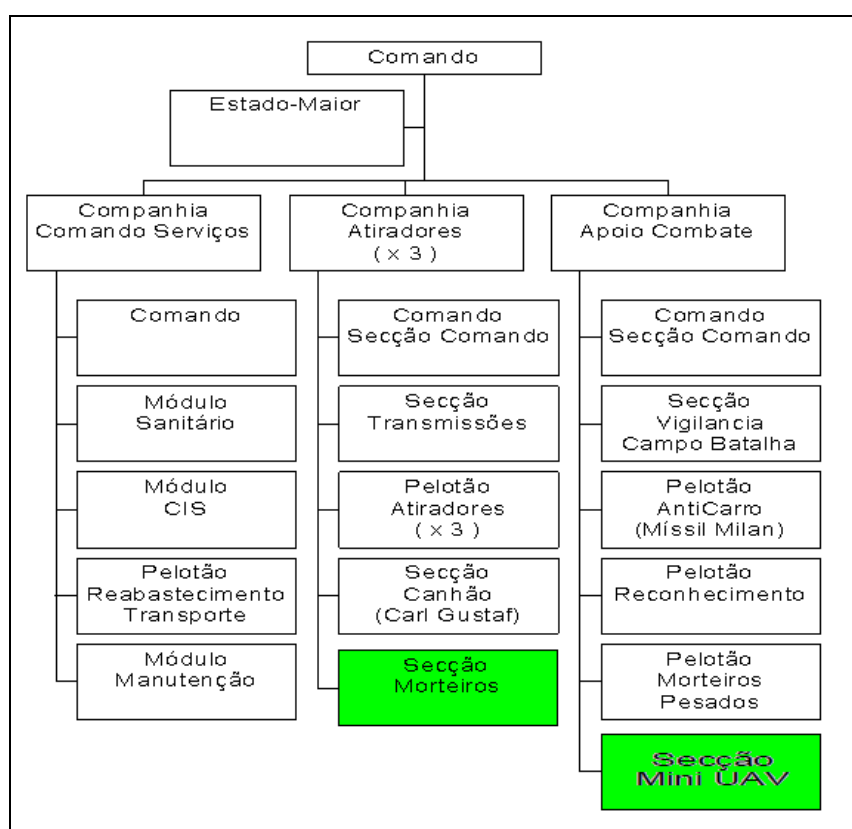


Figura 9 - Organograma de um BI

5.2. Recomendações e sugestões

Com a realização do presente estudo, mostra-se a utilidade que trabalhos destes podem constituir para uma evolução do exército em algumas áreas de estudo. Seria, aliás,

importante que existisse todos os anos uma lista de trabalhos fornecida pela instituição de possíveis temas de trabalhos, tendo em conta as necessidades de estudo da mesma.

Assim, a minha primeira sugestão vai para a necessidade de criar um manual, em que seja apresentada a doutrina que a UE tem para as suas operações militares, bem como os melhoramentos que esta tem sofrido de acordo com as lições aprendidas.

A NEP que existe é uma grande ajuda para a realização do mesmo, devendo ser melhorada no sentido de melhor contribuir para um trabalho, desejavelmente profundo e capaz, dos alunos e investigadores.

Seria ainda benéfica a inclusão do seminário de estágio no final do 3.º ano para uma melhor construção do projeto de investigação, bem como a introdução de unidades curriculares ao nível da metodologia da investigação, e também ao nível da análise quantitativa com a inclusão do SPSS, circunstâncias que decerto viriam facilitar a elaboração do relatório científico final de um trabalho de investigação aplicada.

5.3. Limitações da investigação

Tratando-se de um primeiro estudo sobre o assunto, existe sempre um número elevado de dificuldades para a realização do trabalho. Os obstáculos começaram logo pelo exíguo tempo que tinha disponível para a realização do projeto, bem como o pouco tempo que tive disponível para contactar com as pessoas que pertenceram ao BI/BG, as quais tinham, durante o ano de 2012, constituído o 1ºBI/KFOR (projetado para o Kosovo no dia 19 de março). Lembro ainda que a falta de um manual da UE para as suas operações militares condicionou também o meu estudo.

Constatei que existia uma falta de bibliografia ao nível da redação de trabalhos de investigação na biblioteca da Academia Militar, o que nos obriga a recorrer a bibliotecas externas para reforçar o trabalho a nível bibliográfico.

Por último, entendo que a limitação do número de páginas constituiu igualmente um obstáculo, só ultrapassável através de uma forte capacidade de síntese e de concentração no essencial das questões.

5.4. Investigações futuras

Não obstante as limitações acima referidas, parece clara a pertinência de estudar os BG, pois estes são instrumentos de resposta rápida da UE e são considerados como algo de extrema importância.

Considero que seria interessante efetuar uma investigação com os mesmos moldes, mas neste caso para o NSE, ou para um EM de um BG, tendo sempre em conta os parâmetros a que este tem que obedecer, bem como as capacidades que deverá garantir.

Para a concretização desse mesmo estudo, poder-se-ia criar um grupo de trabalho sobre informações, pois é uma parte que deveria estar mais desenvolvida ao nível dos EM BG.

Outra experiência possível seria a inclusão de uma unidade de polícia militar dentro de um BI/BG, devido ao tipo de missões que atualmente são pedidas nos TO. É legítimo considerar que assim se poderia conseguir congrega e articular diferentes capacidades nas diferentes companhias.

Bibliografia

Fontes Primárias:

NEP 520 (2011). *Anexo F Normas norma para a redação do relatório científico final*. Academia Militar, Lisboa

Livros:

Bell, J. (1997). *Como Realizar um Projeto de Investigação*. (1ªEd). Lisboa: Gradiva.

Bogdan, R. e Biklen, S. (1994) - *Investigação Qualitativa Em educação — Uma Introdução à Teoria e aos Métodos*. Porto: Porto Editora.

Bretherton, C. e Vogler, J. (2006) *The European Union as a Global Actor*, London: Routledge

Gil, A. (1999). *Métodos e técnicas de Pesquisa Social*. São Paulo: Editora Atlas

Merlingen,M. e Ostrauskaite,R., (2006) *European Union Peacebuilding and Policing*, London: Routledge

Quivy, R. e Campenhout, L. (1992). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.

Tuckman, B. (2000). *Manual de investigação em educação: como conceber e realizar o processo de investigação em educação*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian

Lessard-hébert,M.;Goyette,G.;Boutin,G.,(1994). *Investigação Qualitativa: Fundamentos e Práticas*, Lisboa: Instituto Piaget

Relatórios técnicos:

Conselho da União Europeia (2007). *EU Battlegroups. Factsheet*. Brussels.

European Union Military Committee (2006). *EU Battlegroup Concept*. Brussels.

Gros-Verheyde , N. (2012a). *Battlegroups. Pourquoi le planning n'est pas tenu ? La réflexion continue*.

Retirado em: junho,27,2012, de <http://www.bruxelles2.eu/defense-ue/capacites-milit-%E2%80%93-exercices-ue/battlegroups-pourquoi-le-planning-nest-pas-tenu-la-reflexion-continue.html>

Gros-Verheyde , N. (2012b). *Battlegroup, un problème, chronique ?*

Retirado em: junho,27,2012, de <http://www.bruxelles2.eu/defense-ue/capacites-milit-%E2%80%93-exercices-ue/battlegroup-un-probleme-chronique.html>

Hoon, G. (2005) *Letter from Geoffrey Hoon MP, Secretary of State, Ministry of defence to the Chairman*

Retirado em: fevereiro, 13, 2012, de <http://www.publications.parliament.uk/pa/ld200506/ldselect/ldcom/16/16100.htm>.

Lindley-French, J. (2005). *Headline Goal 2010 and the concept of the battle groups : an assessment of the building-up of a european defence capability* apresentado em Great debates.Cicero Foundation.Paris.

Paccaud (n,d) *Apresentação de PPT European Union Battlegroups*

Retirado em: junho,26,2012, de <http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cmsUpload/8%20-%20BG%20issues.ppt>

Quille,G. (2006). *The EU Battlegroups. European Parliament. Brussels.*

Ribeiro, J. (2012) *Apresentação de PPT CEM Exército EUROFOR EU BG 2nd / 2011*

Sá,J. (2012). *BI/BG/ERF.*

Soares, A. (2001). *Tratado de Nice*

Retirado em: julho,17,2012, de <http://pascal.iseg.utl.pt/~socius/publicacoes/wp/wp102.pdf>

Xavier, A. (2005). *A União Europeia chegou ao Congo: The Time was now!*

Retirado em: fevereiro,14,2012,de: <http://www.decideportugal.org/ced/artigos/Artigo%20CED%20-%20Ana%20Xavier.pdf>

Publicações Periódicas:

Hamelink,R. (2010). The Battlegroups Concept: Giving the EU a concrete “military” face, *eurofuture winter 2005*, pp8-11

Retirado em: fevereiro,14,2012,de: <http://www.consilium.eu.int/uedocs/cmsUpload/Battlegroup1DefenseandSecurity.pdf>

Hermenegildo, R. (2009) *A política externa da EU*

Retirado em: julho,27,2012, de http://www.dn.pt/inicio/opiniaio/interior.aspx?content_id=1454841&page=1

Rodrigues, M. (2010). Conceito de Battle Group na UE, *Revista Ubique* N°52, pp.44-45

Silva, Nuno. (2008). As operações de Apoio à paz no âmbito da UE. *Revista Militar* nr2483

Lemos Pires, Nuno (2011). NATO's Operational Mentor and Liaison Team: Contributo para o Desenvolvimento das Forças Armadas do Afeganistão. IDN

Monografias, Teses de Mestrado e Teses de Doutoramento:

Martins,V., (2006) *Avaliação do valor educativo de um software de elaboração de partituras: um estudo de caso com o programa Finale, no 1º Ciclo*

Dissertação apresentada com vista à obtenção do grau de mestre, Universidade do Minho, Braga

Xavier, A., (2010). *A União Europeia e a Segurança Humana: um actor de gestão de crises em busca de uma cultura estratégica? Análise e considerações prospectivas*. Dissertação apresentada com vista à obtenção do grau de doutor, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Coimbra

Documentos:

Estado Maior do Exercito (2009a). Quadro Orgânico do 1º Batalhão de Infantaria nº24.0.11. Vila Real

Estado Maior do Exercito (2009b). Quadro Orgânico do 2º Batalhão de Infantaria nº24.0.12. Viseu

Estado Maior do Exercito (2009c). Quadro Orgânico do 1º Batalhão de Infantaria Mecanizado nº24.0.01. Santa Margarida

Estado Maior do Exercito (2009d). Quadro Orgânico do 2º Batalhão de Infantaria Mecanizado nº24.0.02. Santa Margarida

Estado Maior do Exercito (2009e). Quadro Orgânico do 1º Batalhão de Infantaria Pára-Quedista nº24.0.21. Tomar

Estado Maior do Exercito (2009f). Quadro Orgânico do 2º Batalhão de Infantaria Pára-Quedista nº24.0.22. São Jacinto

Estado Maior do Exercito (2009g). Quadro Orgânico do 1º Batalhão de Comandos nº24.0.23. Carregueira

Estado Maior do Exercito (2011). Quadro Orgânico do Batalhão de Infantaria/ Battle Group nº24.0.11. Vila Real

Apêndice A

Guião da Entrevista Geral

Tema : O Batalhão de Infantaria do Battlegroup da União Europeia

Entrevistador: Aspirante Oficial Aluno de Infantaria João Miguel Teixeira Magalhães

Objetivos Gerais:

- ✓ Dar a conhecer qual a unidade de Infantaria escalão Batalhão se encontra nas melhores condições para se formar num BG.

Blocos Temáticos:

Bloco A – Apresentação da Entrevista

Bloco B - Missões e Capacidades e tipologias de forças de um BG

Bloco C – Missões e Capacidades e tipologias de forças de um BI

Bloco A

Objetivos Específicos

Apresentação do entrevistador

Explicar os Objetivos gerais da Entrevista

Motivar o entrevistado

Perguntas

- ✓ Qual o seu nome completo?
- ✓ Qual o seu posto/cargo?
- ✓ Qual a sua arma ou serviço?
- ✓ Qual a função que desempenha?

Bloco B

Objetivos Específicos

Identificar as principais características de um BG

- Missão e capacidades
- Tipologia de Forças

Perguntas

- ✓ O conceito da União Europeia para os Battle Group encontra-se adequado?
- ✓ Organização do BG da UE se encontra adequada a realidade dos nossos dias?
- ✓ Se o Battle Group consegue desempenhar todas as missões que estão atribuídas?
- ✓ Quais as capacidades necessárias para um Batalhão para o cumprimento das missões e tarefas de um Battle Group?

Bloco C

Objetivos Específicos

Identificar as principais características de um BI

- Missão e capacidades
- Tipologia de Forças

Perguntas

- ✓ A unidade de escalão batalhão mais adequada para integrar um BG é uma unidade de Infantaria Ligeira? Justifique
- ✓ Se tivesse a possibilidade de articular uma força para pertencer ao BG da UE quais seriam as suas escolhas? Justifique
- ✓ Na sua opinião qual é a melhor articulação de forças para um BG da UE? Justifique
- ✓ Qual o tipo de equipamentos mais adequados a realização das missões do BG da UE? Justifique
- ✓ Na sua opinião qual a unidade de escalão Batalhão mais adequada ao BG da UE é que tipo de capacidades e características esta tem para corresponder as Missões e as capacidades de um BG?

Apêndice B

Capacidades dos BI

Quadro 7 - Capacidades dos BI

Capacidades	BI/BrigInt	BIMec/BrigMec	BIPara/BRR	BCmds/BRR
Atuar de forma independente até ao nível de secção.	X	X	X	
Ações de combate próximo com armamento portátil.	X	X	X	X
Execução de fogos diretos e indiretos em movimento montado ou apeado, para garantir concentração de fogos de modo a empenhar as forças inimigas.	X		X	X
Controlar ou manter a posse de terreno conquistado ao inimigo e preparar posições defensivas.	X	X	X	X
Observar, negar o acesso, ocupar e defender pontos fortes.	X	X	X	X
Conduzir operações em áreas urbanizadas.	X	X	X	X
Efetuar operações de controlo de tumultos, até ao efetivo de 1 (uma) Companhia.	X	X	X	X
Operações Conjuntas/Combinadas.	X	X	X	X
Atuar em condições adversas de calor ou frio e em todo o tipo e	X	X	X	X

condições de terreno.				
Atuar integrado num ambiente em rede.	X	X	X	X
Obter / partilhar informação em “tempo real / próximo do real” que contribua para o BFSA(Blue Force Situation Awareness - Perceção Situacional das Forças Amigas).	X	X	X	X
Partilhar a COP (Common Operacional Picture – Imagem Operacional Comum) com as unidades subordinadas até ao escalão Companhia.	X	X	X	X
Obter, de dia ou de noite e em condições de visibilidade limitada, imagens (fotos ou vídeo) de objetivos ou atividades de interesse e disseminação das mesmas e de dados complementares para um centro de processamento / análise / integração de uma forma atempada, eficiente e segura.	X	X	X	X
Manter atualizada a rede de Comando e Operações e Logística relativamente à	X	X	X	X

situação da Classe III e V, bem como os danos existentes relativos a combate e a não combate.				
Transportar 5 DOS.				
Desminagem manual e destruição de obstáculos.	X	X	X	X
Garantir apoio a forças fazendo uso de proteção e mobilidade.	X	X		
Garantir proteção adequada para o pessoal e equipamento orgânico no âmbito CBRN (Chemical, Biological, Radiological and Nuclear).	X	X	X	X
Garantir proteção adequada de pessoal e equipamento contra RCIED (Remote Controlled Improvised Explosive Devices).	X	X	X	X
Reconhecer e emitir sinais de identificação de forças amigas para evitar o fratricídio;	X	X	X	X
Capacidade orgânica para garantir apoio logístico e sanitário.	X	X	X	X

Autoria Própria

Apêndice C

Quadro Resumo das Entrevistas

Quadro 8 - Resumo das Entrevistas

Entrevistados Perguntas	Of. Coordenador do projeto nacional BG	Of EM ERF	Of EM NRDC-SP
1. O conceito da União Europeia para os Battle Group encontra-se adequado?	<ul style="list-style-type: none"> • O conceito de BG é um conceito adequado e atualizado • Visa dotar as organizações internacionais de uma força de reação rápida contra crises emergentes, mas com algumas limitações. • Força reação rápida disponível num curto espaço de tempo com um conjunto de capacidades que foram consideradas genéricas necessárias ao cumprimento das missões. • Contudo existe uma dificuldade no conceito 	<ul style="list-style-type: none"> • O Conceito está adequado, embora tenha que ir sendo refinado consoante a evolução sociopolítica vai evoluindo. • O conceito Battlegroup ferramenta de resposta rápida, • O conceito Battlegroup é um motor de desenvolvimento de capacidades • A necessidade de recursos adicionais de transporte estratégico • Necessidade de acelerar a tomada de decisão, não só dos organismos da UE como a decisão nacional. Os processos de tomada necessitam ser sincronizadas para atender a prazos exigentes. 	<ul style="list-style-type: none"> • O modelo/conceito se encontra adequado. • A União Europeia (UE) necessita de ferramentas no vetor militar para poder resolver questões de segurança e defesa no espaço europeu, quando solicitado.

	que é a negociação caso a caso ex: (apoio sanitário, apoio logístico)		
2. Organização do BG da UE se encontra adequada a realidade dos nossos dias?	<ul style="list-style-type: none"> • Este encontra-se bem organizado tendo em contas as missões para que ele foi criado • Devido ao tipo de missões ser muito ligeiro, existe a possibilidade de um Batalhão ser a unidade principal de um BG 	<ul style="list-style-type: none"> • Organização do BG da UE se encontra adequada • É desejável que os BGs tenham também uma componente civil, o que penso que está a acontecer. • Constituído por um coerente pacote de forças capaz de operar sozinho, ou para a fase inicial de operações de maior dimensão. • Unidade escalão batalhão reforçada com unidades de apoio de combate e de apoio de serviços. • Na sua composição genérica tem cerca de 1 500 militares, dependendo da missão. • Na sua constituição é utilizado o princípio da multinacionalidade • pode ser formado tendo por base uma nação líder ou por uma coligação multinacional dos Estados-Membros 	<ul style="list-style-type: none"> • Nos dias de hoje as organizações devem ser flexíveis. • Deveria de existir um reforço de capacidades como por exemplo: • nas informações, que a nível da UE é bastante reduzida e condicionada. • targeting, quer na vertente letal quer na não letal, onde se tenta reproduzir o conceito NATO, • no entanto, existem grandes limitações na fase de execução, nomeadamente, problemas em termos de meios disponíveis e no processo de decisão.
3. Se o BattleGroup consegue desempenhar todas as missões que	<ul style="list-style-type: none"> • O BG consegue desempenhar todas as missões que estão atribuídas pois estas são adequadas com o conceito 	<ul style="list-style-type: none"> • Podem desempenhar estas missões mas tendo em atenção a sua dimensão. • Para o emprego neste tipo de missões tem que ser levado em conta a sua reduzida dimensão, mas também a sua 	<ul style="list-style-type: none"> • Conceptualmente os European Union Battle Group (EUBG) podem desempenhar todas as missões que lhe estão atribuídas, • No entanto existem geralmente

estão atribuídas?	e este com as missões <ul style="list-style-type: none"> São missões ligeiras, para intervir rapidamente, após isso são substituídos por outra força mais musculada, seja da UE ou de outra organização. 	flexibilidade e características, pois podemos ter Battlegroups baseados em forças de montanha, anfíbias, ou outras específicas visto que o conceito para a sua constituição é deveras abrangente.	dificuldades na área das informações, na obtenção de meios ISTAR e helicópteros.
4. Quais as capacidades necessárias para um Batalhão para o cumprimento das missões e tarefas de um BattleGroup?	<ul style="list-style-type: none"> Ter uma grande unidade de manobra (Batalhão) as unidades de apoio de combate as unidades de apoio de serviço e os facilitadores (enablers) 	<ul style="list-style-type: none"> Capacidades para actuar de forma independente até o nível de secção, Realizar operações de combate com armas ligeiras, Conduzir operações de resposta a crises, Observar, Negar o acesso, Ocupar e defender pontos fortes, Conduzir operações em áreas edificadas, Participar em operações conjuntas ou combinadas. 	<ul style="list-style-type: none"> As capacidades necessárias para esta força dependem sempre dos cenários de intervenção. Estes cenários são ditadores ou condicionam o levantamento de capacidades. Existem de seis em seis meses estudos, por parte da UE, de possíveis áreas geográficas de emprego desta força. Só após a conclusão destes estudos se poderá começar a definir possíveis cenários de atuação e equacionar as capacidades necessárias para responder às missões e tarefas que poderão ser atribuídas.
	Nível Operacional <ul style="list-style-type: none"> Aumentar as capacidades ao nível dos facilitadores ex: (Transporte aéreo, naval) e parte das operações especiais 		
5. A unidade de escalão batalhão mais adequada para integrar um BG é uma unidade de Infantaria Ligeira?	<ul style="list-style-type: none"> Tendo em conta as capacidades que este deve ter ao nível da protecção, projecção e cumprimento da missão é mais fácil a utilização de um BI de infantaria ligeira 		<ul style="list-style-type: none"> Tendo em conta as missões definidas para o emprego dos EUBG, creio que o escalão “batalhão” é adequado, mas como se verifica na realidade, reforçado com meios. Não querendo chegar ao escalão de Brigada, deverá ter praticamente todas as suas capacidades.

Justifique			<ul style="list-style-type: none"> Deste modo considero que tendo em conta os padrões e características definidos para uma unidade de Infantaria Ligeira, esta deverá ser a unidade de referência dos EUBG.
6. Se tivesse a possibilidade de articular uma força para pertencer ao BG da UE quais seriam as suas escolhas? Justifique	<ul style="list-style-type: none"> Uma unidade que tivesse sobretudo capacidades de cumprimento da missão e capacidade de proteção e capacidade de projeção 		<ul style="list-style-type: none"> Para além do que está previsto, reforçaria a capacidade apoio de fogos, e a capacidade de recolha de informações, nomeadamente, com a inclusão de elementos de Operações Especiais, e um módulo mini UAV/UAS, para aquisição de objetivos e recolha de informações.
7. Na sua opinião qual é a melhor articulação de forças para um BG da UE? Justifique	<ul style="list-style-type: none"> Um Batalhão de Infantaria Ligeiro com meios que ajudem ao nível das informações devido a falta de meios ao nível das mesmas (destacamento de operações especiais, Uav's) com os meios de operações especiais a poderem estar ao nível do batalhão ou mesmo ao nível do comandante da força 		<ul style="list-style-type: none"> Três Companhias de Atiradores, Companhia de Apoio de Combate Companhia de Comando e Serviços, Módulo de morteiros, Módulo de Operações Especiais Módulo de vigilância (UAV/UAS).
8. Qual o tipo de equipamentos mais adequados	<ul style="list-style-type: none"> Viatura 4x4 blindada do tipo Humvee, que garantisse capacidade de 		<ul style="list-style-type: none"> Equipamentos ligeiros se tornam os mais adequados para a natureza das missões que são atribuídas aos

a realização das missões do BG da UE? Justifique	mobilidade, proteção e projeção <ul style="list-style-type: none"> • UAV's 		EUBG.
9. Na sua opinião qual a unidade de escalão Batalhão mais adequada ao BG da UE é que tipo de capacidades e características esta tem para corresponder as Missões e as capacidades de um BG?	<ul style="list-style-type: none"> • Uma unidade que tivesse sobretudo capacidades de cumprimento da missão e capacidade de proteção e capacidade de projeção 		<ul style="list-style-type: none"> • Concetualmente e tendo por base as missões definidas para os EUBG, considero que a unidade base deverá ser o Batalhão de Infantaria Ligeira, no entanto reforçado quer com as propostas apresentadas anteriormente quer com meios de proteção e de mobilidade adequados ao cenário levantados para a possível intervenção.

Quadro Resumo das Entrevistas (Continuação)

Entrevistados Perguntas	Cmdt BI/BG ERF	Of Op do BI/BG ERF	Cmdt 1ª Cat BI/BG	Cmdt 3ª Cat BI/BG
1. O conceito da União Europeia para os Battle Group encontra-se adequado?	<ul style="list-style-type: none"> • Capacidade de resposta rápida • Altamente projetável • Interoperabilidade • Grau de prontidão elevado • Sustentação própria ate 30 dias 			<ul style="list-style-type: none"> • conceito encontra-se adequado dado que este designa forças disponíveis para assumir operações com elevado nível de autonomia, com pouco tempo de pré-aviso e maioritariamente, mas não exclusivamente, para atuar a partir de uma solicitação da Organização das Nações Unidas (ONU), com capacidade de atuar em missões do capítulo VII da respetiva carta.
2. Organização do BG da UE se encontra adequada a realidade dos				

nossos dias?				
3. Se o Battle Group consegue desempenhar todas as missões que estão atribuídas?	<ul style="list-style-type: none"> • Separação de forças (tarefas combate em gestão de crise ate imposição de paz) • Estabilização e reconstrução leia-se Manutenção de paz • Prevenção de conflitos • Operações de evacuação e assistência humanitária 			<ul style="list-style-type: none"> • Sim se se cumprirem as diretivas que vão no sentido de treinar e preparar as forças para conduzir as tarefas inerentes ao cumprimento de qualquer missão passível de ser cometida ao BG.
4. Quais as capacidades necessárias para um Batalhão para o cumprimento das missões e tarefas de um Battle Group?	<ul style="list-style-type: none"> • Comando e controlo • Istar • Proteção (Forma como a força se movimenta) • Apoio (Forma como a força será sustentada) 			
5. A unidade de escalão batalhão mais adequada para integrar um BG é uma	<ul style="list-style-type: none"> • Sim. Tomando como exemplo as Operações de Evacuação, estabelecer segurança de áreas designadas 	<ul style="list-style-type: none"> • Sim. Devido a necessidade de projeção rápida e ao tempo que esta definido. 		<ul style="list-style-type: none"> • Sim, dada a sua estrutura, facilidade de adaptação e sustentação logística.

unidade de Infantaria Ligeira? Justifique				
6. Se tivesse a possibilidade de articular uma força para pertencer ao BG da UE quais seriam as suas escolhas? Justifique	<ul style="list-style-type: none"> • Articulava com um batalhão de infantaria ligeira com capacidades ao nível da proteção e ao nível da segurança • Podendo incluir um módulo de apoio (destacamento de Op. Especiais) 	<ul style="list-style-type: none"> • Poderia-se articular então as unidades de manobra do BI com unidades tanto de Infantaria como unidades de cavalaria (ex: Possibilidade de aparecer um Esq de Apoio de Combate) • Companhia de apoio de serviços poderia ser reduzida devido a existencia dos NSE (ex: levar menos pessoal mas pessoal especializado e contratar locais para serem instruídos por esses militares especializados para reduzir custos e também meios a ser projetados), • Inclusão no BI um modulo de apoio (destacamento de Operações especiais) 	<ul style="list-style-type: none"> • Mais poder de fogo a companhia inclusão de uma secção de morteiros, • Incluir uma secção de mini-uav para auxilio na tomada de decisão • Incluir em cada pelotão um atirador especial 	<ul style="list-style-type: none"> • Pessoalmente preferia optar por uma companhia de atiradores.

7. Na sua opinião qual é a melhor articulação de forças para um BG da UE? Justifique	<ul style="list-style-type: none"> • Unidade de infantaria ligeira e blindada. • Unidade paraquedista e comandos exemplo cenário de op de evacuação e prevenção de conflitos, • Mas no conjunto dos cenários ligeira e blindada. 	<ul style="list-style-type: none"> • Poderia existir a possibilidade de um BI/Para se constituir como BI/BG mas só como força de entrada, ou seja, este fazer a proteção ao APOD e/ou SPOD e depois serem substituídos por uma unidade tipo o BI/BrigInt 		<ul style="list-style-type: none"> • A atual é que foi levantada para o BG 2012-2
8. Qual o tipo de equipamentos mais adequados a realização das missões do BG da UE? Justifique	<ul style="list-style-type: none"> • Esses equipamentos não podem descorar nem a proteção nem a segurança. • viaturas blindadas Pandur II 8x8 encontra grandes dificuldades no combate em áreas urbanizadas, devido ao seu comprimento, uma viatura Pandur 6x6 facilitaria nesse tipo de combate. 	<ul style="list-style-type: none"> • Pandur II 8x8 são viaturas que se mostram apropriadas, pois garantem a proteção que a força tem que ter. 	<ul style="list-style-type: none"> • A Pandur II era uma grande mais valia para a realização deste tipo de operações, juntando a capacidade de controlo de tumultos 	<ul style="list-style-type: none"> • . Daí que o equipamento deve ser de acordo com o tipo de missão a cumprir.
9. Na sua opinião qual a unidade de escalão Batalhão mais adequada ao BG da UE é	<ul style="list-style-type: none"> • BI/BrigInt 			A decisão de qual o tipo de força mais adequado não é feito aos mais baixos escalões. A unidade nomeada deve é ter a capacidade de treinar tarefas individuais e coletivas e as táticas, técnicas e

que tipo de capacidades e características esta tem para corresponder as Missões e as capacidades de um BG?				procedimentos exigidos para o cumprimento das missões passíveis de ser cometidas ao BG.
--	--	--	--	---

Fonte: Autoria Própria

Anexo A

Fases de um BG

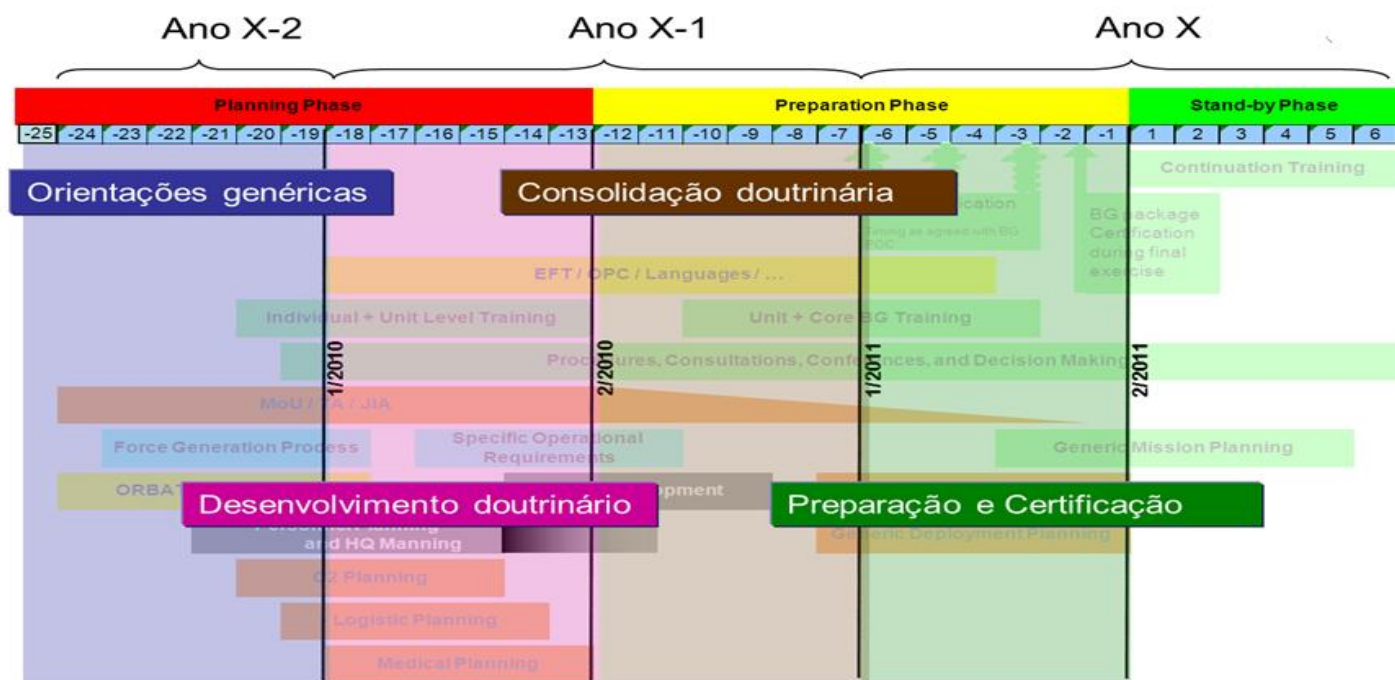


Figura 10 - Fases de um BG
Fonte: Ribeiro, 2012

Anexo B

Estruturas de C2 da UE

Les niveaux de commandement militaire européen

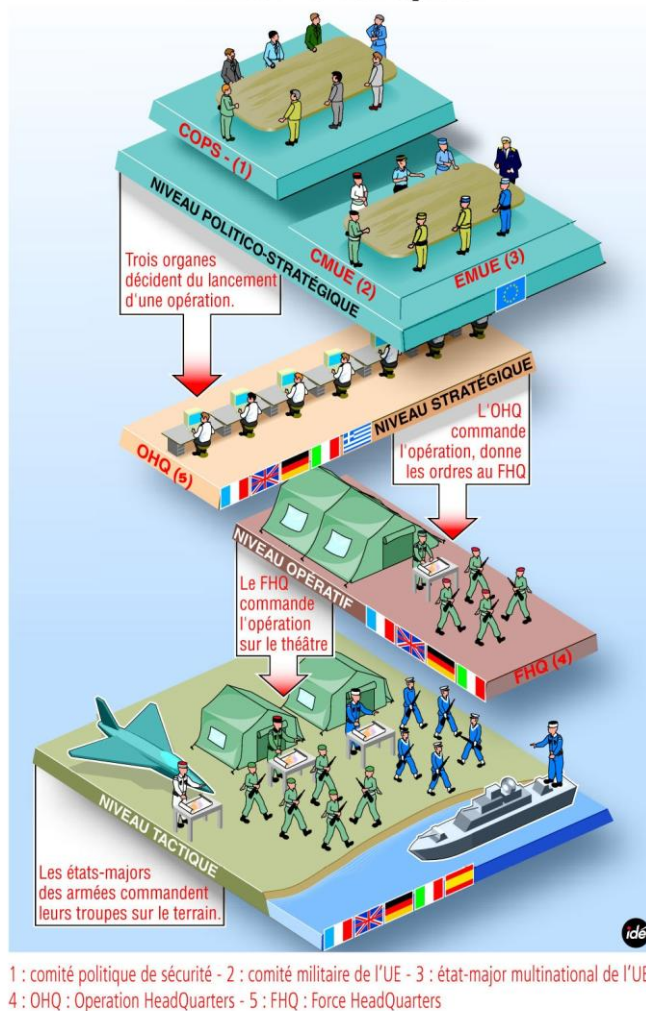
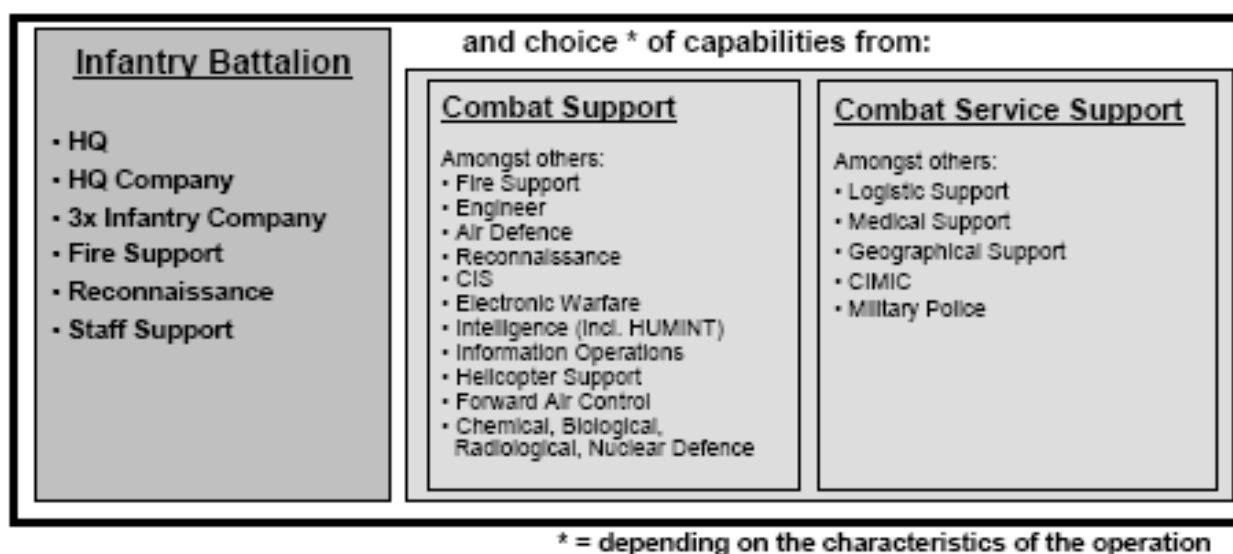


Figura 11 - Estruturas e Níveis de C2 da EU
Fonte: Ribeiro, 2012

Anexo C

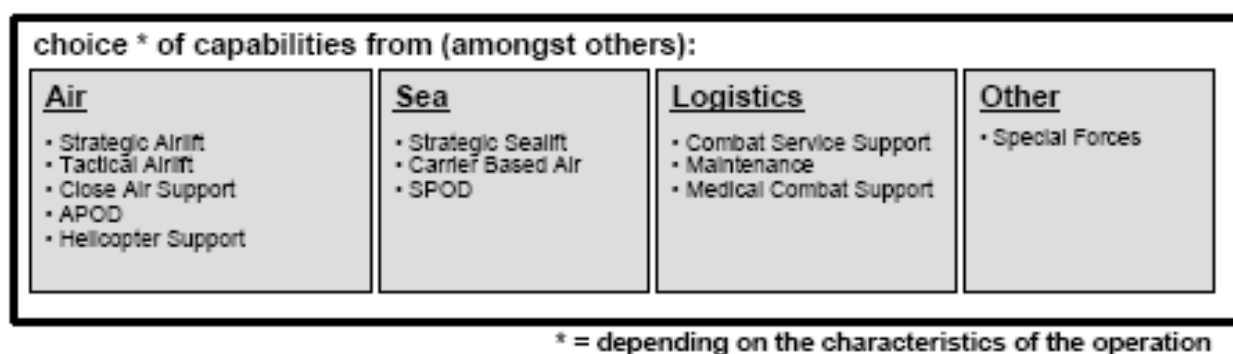
Estrutura tipo de um BG

Quadro 9 - Composição Generica de um BG



Fonte: CMUE, 2006

Quadro 10 - Composição Generica dos Facilitadores



Fonte: CMUE, 2006

Anexo D

Estruturas de Gestão de Crise da UE

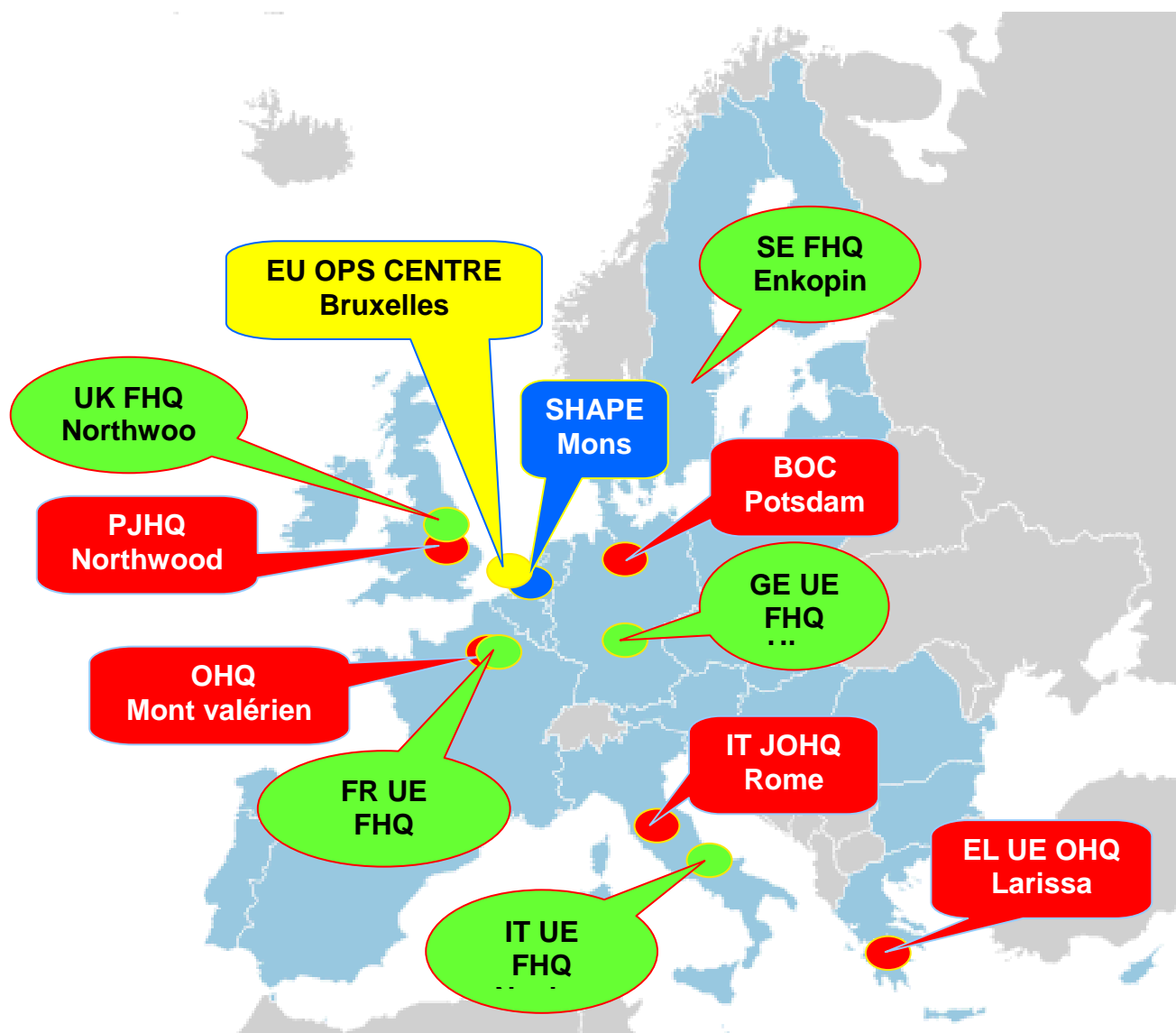


Figura 12 - Estruturas de Gestão de Crises da EU

Fonte: Ribeiro, 2012

Anexo E

Classe de Abastecimentos

Quadro 11 - Classe de Abastecimentos

Classe I	Viveres e artigos de higiene e bem-estar gratuitos.
Classe II	Vestuário, fardamento e equipamento individual, material de bivaque, colecções orgânicas de ferramentas, ferramentas manuais e abastecimentos para administração interna das instalações.
Classe III	Combustíveis, óleos e lubrificantes: combustíveis derivados do petróleo, lubrificantes, óleos hidráulicos e isolantes, preservantes, gases líquidos e comprimidos, produtos químicos a granel, produtos anticongelantes e de refrigeração e carvão.
Classe IV	Material de construção, incluindo equipamento instalado e todos os materiais de organização do terreno e fortificação.
Classe V	Munições de todos os tipos (incluindo armas químicas, bacteriológicas e especiais), bombas, explosivos, minas, espoletas, detonadores, artificios pirotécnicos, mísseis, foguetes, compostos propulsores e outros artigos afins.
Classe VI	Artigos para uso individual privado, não especificamente militar, para venda a militares.
Classe VII	Artigos completos principais (combinações finais de produtos acabados que se encontram prontos para utilização), como por exemplo, carros de combate, rampas de lançamento, viaturas e oficinas móveis.
Classe VIII	Material sanitário e respectivos sobressalentes.
Classe IX	Sobressalentes (excepto os específicos do material sanitário): todos os sobressalentes e componentes necessários para o apoio de manutenção a todo o equipamento, incluindo colecções para reparação, conjuntos e subconjuntos.
Classe X	Abastecimentos para apoio a programas não essencialmente militares (por exemplo equipamento de desenvolvimento agrícola de uma dada área) e que não se incluem em qualquer das classes anteriores.

Fonte: Manual de Logística da Academia Militar